



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
FACED – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA EAD**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA EAD

FORTALEZA/CE

2019.1

HENRY DE HOLANDA CAMPOS
Reitor

CUSTÓDIO LUÍS SILVA DE ALMEIDA
Vice-Reitor

CLÁUDIO DE ALBUQUERQUE MARQUES
Pró-Reitor de Graduação

SIMONE DA SILVEIRA SÁ BORGES
Pró-Reitora Adjunta

ANA PAULA DE MEDEIROS RIBEIRO
Coordenadora da Coordenadoria de Projetos e Acompanhamento Curricular

ALINE BATISTA DE ANDRADE
DENISE CARLA SILVA DE MORAIS
VIRGÍNIA MOURA GARCIA OLIVEIRA
Servidoras Técnico-Administrativas da COPAC

MARIA ISABEL FILGUEIRA LIMA CIASCA
Diretora da Faculdade de Educação

JOSÉ DE ARIMATÉA BARROS BEZERRA
Vice-diretor

SANDOVAL ANTUNES DE SOUZA
Coordenador do curso

FRANCISCA GENY LUSTOSA
Vice coordenadora do curso

Membros do Colegiado

FRANCISCA GENY LUSTOSA
MARIA JOSÉ BARBOSA
MARIA JOSÉ COSTA DOS SANTOS
MESSIAS HOLANDA DIEB
PAULO MEIRELES BARGUIL
SANDOVAL ANTUNES DE SOUZA

Membros do NDE

FRANCISCA GENY LUSTOSA

MARIA JOSÉ BARBOSA

MARIA JOSÉ COSTA DOS SANTOS

MESSIAS HOLANDA DIEB

PAULO MEIRELES BARGUIL

SANDOVAL ANTUNES DE SOUZA

Comissão de elaboração

FRANCISCA GENY LUSTOSA

MARIA JOSÉ BARBOSA

MARIA JOSÉ COSTA DOS SANTOS

MESSIAS HOLANDA DIEB

PAULO MEIRELES BARGUIL

SANDOVAL ANTUNES DE SOUZA

MARCIA SIQUEIRA DA CUNHA

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Histórico da UFC-----	06
1.2 Histórico do curso-----	06
1.3 Contextualização nacional, regional e local-----	09

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Nome do curso -----	12
2.2 Titulação conferida -----	12
2.3 Modalidade do curso -----	12
2.4 Duração do curso-----	12
2.5 Regime do curso -----	12
2.6 Número de vagas oferecidas por semestre/ano -----	12
2.7 Turnos previstos -----	12
2.8 Ano e semestre de início de funcionamento do curso -----	12
2.9 Ato de autorização -----	12
2.10 Processo de ingresso -----	12
2.11 Relação do curso com as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes no PDI-----	13
2.12 Princípios norteadores-----	13
2.13 Objetivos do curso -----	15
2.14 Perfil profissional do egresso-----	16
2.15 Áreas de atuação do futuro profissional-----	17

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

3.1 Conteúdos curriculares -----	20
3.2 Unidades e Componentes curriculares -----	22
3.3 Integralização curricular -----	24
3.4 Prática como componente curricular -----	27
3.5 Metodologias de ensino e de aprendizagem-----	28
3.6 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem	30
3.7 Estágio curricular supervisionado-----	31
3.8 Trabalho de Conclusão de Curso-----	33
3.9 Atividades complementares -----	34
3.10 Ementário e bibliografias-----	35

4. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO	
4.1 Coordenação -----	66
4.2 Colegiado-----	67
4.3 Núcleo Docente Estruturante -----	68
4.4 Apoio ao discente-----	69
4.5 Acompanhamento e avaliação do PPC -----	69
5. INFRAESTRUTURA DO CURSO-----	70
6. REFERÊNCIAS-----	71
7. ANEXOS -----	75

1 APRESENTAÇÃO

Este documento constitui uma reformulação do Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia ofertado na modalidade EaD sob o código 118, criado pela RESOLUÇÃO Nº19/CONSUNI, de 30 de setembro de 2010, curso este vinculado à Faculdade de Educação/UFC e ao Instituto UFC Virtual, em conformidade com o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação Licenciatura, modalidade à distância. Este PPC tem uma série de alterações, desde a conformação à resolução 02 do CNE – Conselho Nacional de Educação de 15 de julho de 2015, assim como alterações na matriz curricular anterior adequando o curso para um período de 04 anos.

1.1 Histórico da UFC

A Universidade Federal do Ceará (UFC) nasceu da vontade e determinação de um grupo de intelectuais cearenses que vislumbrava o papel determinante de uma universidade pública como um elemento de mudanças e transformações culturais, sociais e econômicas do Estado do Ceará e da Região Nordeste. De fato, ao longo de toda sua existência, a UFC vem contribuindo de forma decisiva para a evolução da educação superior do Ceará e do Nordeste. Grandes passos já foram dados rumo a sua consolidação como instituição de ensino superior inserida entre as grandes universidades brasileiras, e novos desafios se apresentam ao seu futuro.

A Universidade Federal do Ceará é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Nasceu como resultado de um amplo movimento de opinião pública. Foi criada pela Lei 2.373, de dezembro de 1954 e instalada numa sessão no dia 25 de junho de 1955. Originalmente foi constituída pela união da Escola de Agronomia, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia e Odontologia.

Sediada em Fortaleza, Capital do Estado, a UFC é um braço do sistema do Ensino Superior do Ceará e sua atuação tem por base todo o território cearense, de forma a atender às diferentes escalas de exigências da sociedade. A Universidade Federal do Ceará é composta de sete campi, denominados Campus do Benfica, Campus do Pici e Campus do Porangabussu, todos localizados no município de Fortaleza (sede da UFC), além do Campus Avançado de Sobral, do Campus Avançado do Quixadá, Campus Avançado do Crateús e Campus Avançado de Russas. A UFC chega hoje com praticamente todas as áreas do conhecimento representadas em seus campi.

A FAGED – Faculdade de Educação tem em seu embrião o curso de Pedagogia que surgiu integrado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), da Universidade do Ceará, criada pela Lei nº 3.866, de 25 de janeiro de 1961, instituição pública de educação superior que procurava, no conjunto das unidades acadêmicas, a desenvolver ações pedagógicas e impulsionar o desenvolvimento científico, tecnológico e educacional regional e local com foco na formação profissional para a orientação e administração escolar e de sistemas escolares. Integravam à FFCL da referida universidade 12 cursos de formação conforme a relação seguinte: Filosofia, Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglos -Germânicas e Pedagogia. O curso de Pedagogia da FFCL começou a funcionar no dia 1º de setembro de 1963. A coordenação administrativa do referido curso e dos demais cursos de licenciatura ficou a cargo do Departamento de Educação, embrionário da futura Faculdade de Educação/FAGED.

Em 16 de dezembro de 1969 o Departamento de Educação sai da cena pedagógica e cede lugar à Faculdade de Educação/FAGED. O Curso de Pedagogia se desliga, definitivamente, da FFCL e passa a integrar a recém-criada FAGED e, conforme o Regimento Geral da UFC, de 1969, no seu artigo 1º, parágrafo único, ficava estabelecido doravante o Curso de Pedagogia da UFC integrado a unidade acadêmica Faculdade de Educação/FAGED.

A UFC orienta sua atuação permanentemente no sentido de, promover a formação humana e profissional de seus estudantes, preparando-os para uma atuação responsável e construtiva na sociedade; Fomentar a geração de conhecimentos voltados para o desenvolvimento sustentável do Ceará e do Nordeste; Impulsionar o desenvolvimento, a produção e a preservação da cultura e das artes, com ênfase para as manifestações regionais; Promover a interação com a sociedade, através da difusão científica, tecnológica, artística e cultural e do desenvolvimento comunitário, sintonizados com as demandas sociais; Incentivar a capacitação permanente dos quadros docente e técnico-administrativo; Intensificar e ampliar as relações de parceria e intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras, governamentais e não governamentais; Buscar a profissionalização da gestão administrativa, apoiada em processos de planejamento e avaliação, executada com base em modelo organizacional flexível, eficiente e eficaz; Exercitar permanentemente o instituto da autonomia universitária, superando restrições e estabelecendo novos parâmetros na gestão e nas relações institucionais; Assegurar a qualidade no desenvolvimento de todas as ações administrativas e acadêmicas; Distinguir-se como referência regional pela excelência

acadêmica de suas ações nas áreas do ensino, geração do conhecimento e prestação de serviços à população, bem como na produção de arte e cultura.

Para tanto, procura consolidar-se como instituição de referência no ensino de graduação e pós-graduação (*stricto* e *lato sensu*), de preservação, geração e produção de ciência e tecnologia, e de integração com o meio, como forma de contribuir para a superação das desigualdades sociais e econômicas, por meio da promoção do desenvolvimento sustentável do Ceará, do Nordeste e do Brasil.

1.2 Histórico do Curso

A Universidade Federal do Ceará é credenciada para oferta de cursos a distância pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), homologados pelo MEC (Parecer n.º 887/98 CES/CNE, publicado no D.O.U. de 09/03/99).

O curso de Pedagogia na modalidade EAD, com oferta de até 300 vagas em cada entrada, foi criado pela Resolução nº 29/CONSUNI, de 30 de setembro de 2010, agregando-se aos outros dois cursos de Pedagogia na modalidade presencial (diurno/noturno) oferecidos pela FAGED – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará e também vinculado ao Instituto UFC/Virtual, responsável pela educação à distância da universidade.

O curso, em EAD, se estrutura a partir de demandas existentes no Estado do Ceará para a formação de profissionais da educação nas diversas licenciaturas propostas pelo MEC no programa UAB, e que tenha a sua oferta destinada às regiões do estado com maior carência de professores, objetivando a permanência destes profissionais em suas regiões. A primeira oferta do curso aconteceu em 2011 com 06 pólos e 06 turmas em Aracoiaba, Juazeiro do Norte, Caucaia, Meruoca, Russas e Ubajara. A segunda oferta do curso de Pedagogia deu-se em 2014 em 03 pólos com 02 turmas em cada pólo, em Caucaia (pólo Flávio Marcílio e Rubem Vaz) Itapipoca (Turmas A e B), Russas (turma A e B). A terceira oferta aconteceu em 2017 com 08 pólos e 08 turmas em Beberibe, Brejo Santo, Caucaia (Pólo Araturi e Flavio Marcílio), Itapipoca, Orós, Russas e Sobral. A primeira oferta teve como forma de acesso o vestibular tradicional, a partir da segunda oferta, seguindo as normativas da UFC a única forma de acesso se dá pelo ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

1.3 Contextualização nacional, regional e local

A educação é um processo amplo e que envolve relações sociais muito complexas, bem como práticas culturais altamente diversas. Nesse sentido, processos de caráter educativo

ocorrem em todos os lugares em que esteja em curso uma trajetória de formação da pessoa humana. Apesar de se processar em todos os lugares, é a educação que se realiza na escola que tem sido cada vez mais discutida e enfocada como motivo de preocupação de professores, pesquisadores, pais e poder público. Essa preocupação se justifica na medida em que ela tem sido muito exigida dos indivíduos na contemporaneidade porque a escola, apesar de suas inúmeras contradições, dificuldades e problemas, continua sendo eleita pela sociedade como o locus por excelência da formação humana e como a principal agência de letramentos, em especial do alfabético e do literário.

Apesar de sua importância para a construção da cidadania, não basta apenas que o indivíduo tenha acesso à educação escolar, o imprescindível é que lhe seja oferecida a garantia na qualidade do ensino em todos os níveis e modalidades da Educação Básica. É para esse nível da educação brasileira, formado pela Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que, no âmbito da legislação educacional, remete-se a prioridade do desenvolvimento humano. Contudo, a universalização e obrigatoriedade eram apenas para parte dessa formação básica, pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, Lei nº. 9.394/96, conferiu o caráter obrigatório e gratuito para o Ensino Fundamental e Médio na escola pública, e somente em 2013 esta obrigatoriedade foi ampliada para a pré-escola, com a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União, alterando a referida LDBEN. Essa regulamentação oficializa a mudança feita na Constituição por meio da Emenda Constitucional nº 59 em 2009, ressaltando que o ensino se torna obrigatório entre os 4 e 17 anos, porém continuando a creche sem essa obrigatoriedade.

Gráfico da evolução de matrícula na educação infantil:

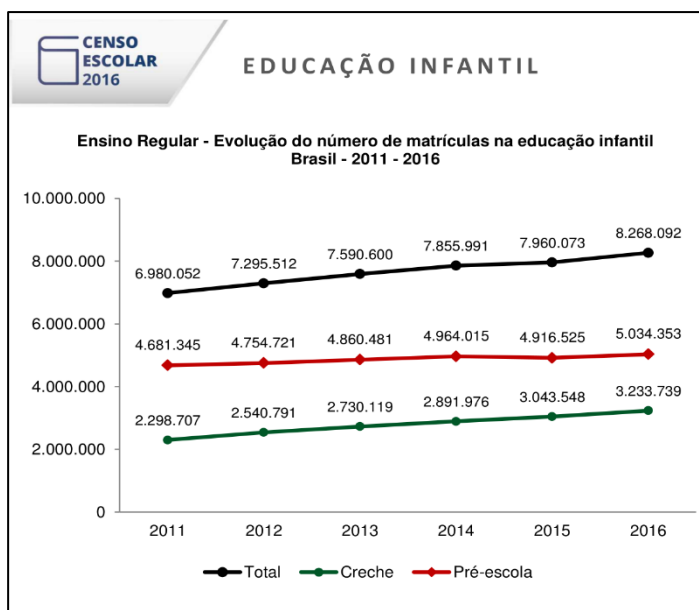
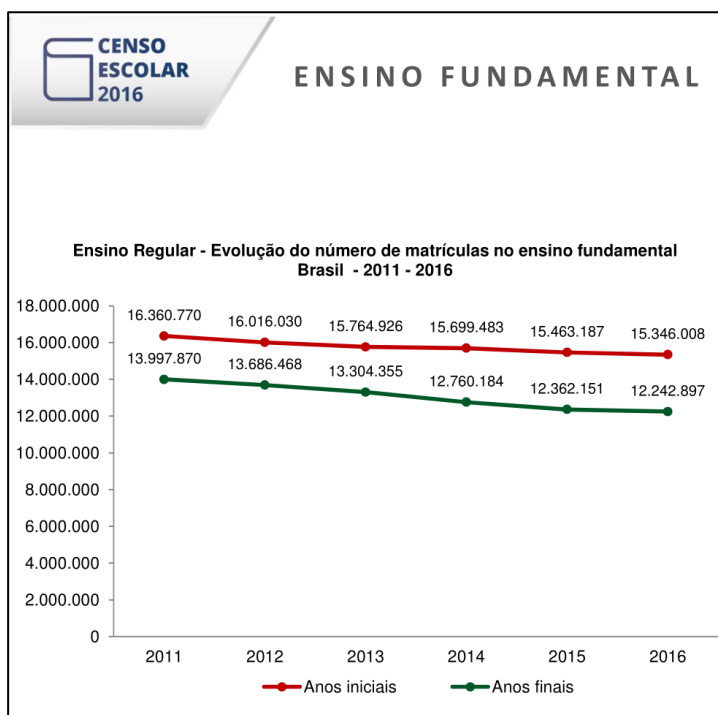


Gráfico da evolução de matrícula na educação Fundamental:



Na origem, o Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, a exemplo dos demais cursos de formação de educadores no restante do país, priorizava, na formação, uma cultura geral voltada à formação da consciência nacional, com fortes influências do psicologismo e do tecnicismo nascente. No momento seguinte, a formação do educador no

Brasil foi marcada pela ênfase na formação do especialista em Educação, caracterizando, assim, o ato educativo em especializações técnico-burocráticas, fortemente influenciadas pela “tendência liberal tecnicista”. O contexto sócio-político da passagem da década de 1970 para o início dos anos 1980, marcado pela abertura política, fez ressurgir movimentos populares importantes, numa mobilização social significativa em busca da redemocratização do país. A formação de um educador crítico surgiu, então, como uma necessidade premente, marcada pelos confrontos teórico-metodológicos que repercutiram, sensivelmente, no âmbito educacional. Grandes debates ocorreram e, a partir daí, as discussões sobre a formação do educador apontaram para a proposta de um profissional generalista e crítico que desse conta do fenômeno educativo em sua acepção ampla e, em particular, do docente das disciplinas pedagógicas do ensino médio, das séries iniciais do ensino fundamental, da educação infantil, da educação popular, da educação especial e da arte-educação. Foi sob essa perspectiva que, na FAGED/UFC, desenvolveram-se efusivas discussões, as quais culminaram com a proposta de substituição das habilitações (orientação educacional, administração escolar e supervisão escolar) por áreas de aprofundamento em Educação Infantil, Educação Especial, Educação Popular e da Arte-Educação, apontando para a formação de um pedagogo que fosse “um educador que compreendesse a sociedade e a educação brasileira, sobretudo a escola pública, enquanto realidade concreta inserida num contexto histórico e social específico”.

Portanto, apesar das taxas de matrículas terem aumentado significativamente de 67,1% para 96,2 %, sugerindo que o Brasil alcançou o padrão mundial de ensino fundamental, lamentavelmente estes dados não refletem que o mesmo esteja ocorrendo de forma homogênea em todas as regiões brasileiras, pois, de acordo com o referido documento, a taxa de matrícula passou de 55 %, em 1970, para apenas 75%, em 1995, na Região Nordeste, mostrando, assim, o tamanho do caminho a ser percorrido e a necessidade de concentração de esforços nessa região. De acordo com o Relatório anteriormente citado, o principal fator responsável pelas baixas taxas de matrículas na região Nordeste é a pobreza, pois apenas 75% das crianças provenientes de famílias pobres estão matriculadas nas escolas. De 1996 a 2005, estes percentuais melhoraram um pouco, ainda que nas Regiões NO e NE este problema ainda persista consideravelmente.

O censo da educação superior do INEP informa que no ano de 2014, as 195 Universidades no Brasil equivalem a 8,2% do total de IES. Por outro lado, 53,2% das matrículas em cursos de graduação estão concentradas nas Universidades; 83,9% das IES brasileiras são faculdades, mas, nessa organização acadêmica, estão matriculados apenas

28,6% dos estudantes; 90% dos cursos nas Universidades são na modalidade presencial; O grau acadêmico predominante dos cursos é o bacharelado (55,6%). O típico aluno de cursos de graduação a distância está no grau de licenciatura, enquanto que a modalidade presencial, esse estudante cursa bacharelado. O número de alunos na modalidade a distância continua crescendo, atingindo 1,34 milhão em 2014, o que já representa uma participação de 17,1% do total de matrículas da educação superior. Enquanto na modalidade presencial as IES privadas possuem 71,9% do total de matrículas na graduação em 2014, na modalidade a distância, esta participação é ainda maior, 89,6%, o que reforça a necessidade das IES federais oferecerem cursos em EaD gratuitos e de qualidade.

A crescente demanda de matrículas na educação infantil e ensino fundamental – anos iniciais, em todo o Brasil, se reflete de forma acentuada no Estado do Ceará devido aos investimentos que resultaram em melhoria desta educação. Consequentemente, há a necessidade constante de professores qualificados para atender a essa demanda, não apenas nas cidades maiores do estado como também nas microrregiões do Ceará. Neste contexto se insere a alta procura por vagas no curso de Pedagogia. Para a entrada de 2017.1 tivemos cerca de 2.900 inscrições para as trezentas vagas disponibilizadas.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Nome do curso - Licenciatura em Pedagogia

2.2 Titulação conferida - Licenciado em Pedagogia

2.3 Modalidade do curso – EaD

2.4 Duração do curso – integralização mínima em 04 anos (08 semestres) e máxima em 06 anos (12 semestres).

2.5 Regime do curso – semestral

2.6 Número de vagas oferecidas por edital: 300 vagas.

2.7 Turnos previstos – Integral

2.8 Início de funcionamento do curso: 2011.1

2.9 Ato de Autorização: RESOLUÇÃO Nº19/CONSUNI-UFC, de 30 de setembro de 2010.

2.10 Processo de ingresso - A primeira oferta teve como forma de acesso o vestibular tradicional, a partir da segunda oferta, seguindo as normativas da UFC a única forma de acesso se dá pelo ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

2.11 Relação do curso com as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes no PDI:

Integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão como forma de conhecimento e de intervenção na realidade social - Numa compreensão mais ampla, de acordo com as Diretrizes Curriculares, a integração entre pesquisa, ensino e extensão direciona-se para a formação de um profissional habilitado não apenas para o conhecimento da escola como uma organização complexa e que tem a função de promover a educação para e na cidadania. Essa função não se limita apenas à oferta de vagas e ao ensino na escola, mas amplia-se para a participação social, a intervenção na realidade e a reflexão sobre essa intervenção, por meio das atividades de extensão e pesquisa. Portanto, no exercício reflexivo da pesquisa e da intervenção pedagógica orientada, reforçado paralelamente ao exercício da escrita acadêmica, as disciplinas que compõem o núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos do curso devem promover a análise e a aplicação dos resultados de investigação de interesse da área educacional que possam produzir a participação social na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino, assim como dos demais espaços que não são conduzidos por esses sistemas e instituições, tais como as práticas educativas desenvolvidas por diversificados agrupamentos humanos.

2.12 Princípios norteadores gerais – O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia a distância da UFC configura-se num desafio acadêmico diante da tarefa de repensar o papel da formação profissional em defesa da universidade pública como um espaço cultural democrático e de produção/mediação de saberes orientados para romper com a visão conservadora e articuladora de um discurso objetivo e neutro que separa questões políticas de questões culturais e sociais.

Alinhamento aos avanços científicos e tecnológicos

Pensar esses avanços, sem desprestigiar a cultura e os saberes comuns emergentes da cultura popular. O currículo expressa uma formação que busca superar a fragmentação e a hierarquização do trabalho pedagógico, na medida em que propõe uma licenciatura que integre, no educador, o pensar, o sentir e o fazer da educação.

Formação para a Docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Formação essa que permita ter capacidade para compreender a dinâmica da realidade, utilizando-se das diversas áreas do conhecimento para elaborar processos investigativos que facilitem o aperfeiçoamento ou a produção de práticas pedagógicas renovadas.

Articulação da teoria e prática

Articulando teoria e prática na dinâmica ação-reflexão-ação, assim como criar condições teóricas e práticas para intervenções escolares e comunitárias que contribuam para a melhoria da qualidade da educação nos municípios em que os estudantes-professores trabalham.

Autonomia Universitária

Entendemos que o curso, em consonância com o princípio de autonomia preconizado pela Universidade, institui-se como a esfera de liberdade para os alunos e que permite à Universidade cumprir o seu papel de produtora de conhecimento perante a sociedade, porque é por meio da autonomia que a instituição consegue aproximar-se da sociedade e nela inserir-se como membro atuante, de modo que a sociedade possa usufruir de seus avanços.

Interdisciplinaridade e Interatividade

A EaD e a dinâmica curricular aqui proposta possibilitam o tratamento de temas transversais, a inter/transdisciplinaridade e a interação com os pares, a serem realizados nos ambientes virtuais com todas as suas possibilidades de trabalho colaborativo.

Protagonismo Social

Dimensão essa que confere ao professor um papel de liderança no seu local de trabalho e no entorno da escola, devolvendo-lhe o status de intelectual orgânico vinculado à defesa e à promoção dos direitos daqueles que partilham a condição de conterrâneos, noção tão esquecida, mas que vincula pessoas e cidadãos.

Totalidade dos processos educacionais

A escola, assim como as empresas, clínicas e hospitais, organizações não-governamentais, sindicatos, associações, assentamentos de agricultores, comunidades indígenas e quilombolas, etc., devem ser apresentados ao educador em formação como sendo mais do que um espaço físico. Eles precisam ser vistos como contextos sociais, culturais, linguísticos e políticos nos quais circulam metas, memórias, valores e intencionalidades múltiplas. Assim sendo, quanto mais relações forem estabelecidas entre os espaços educativos e os futuros educadores, melhores poderão ser vislumbradas as possibilidades de desenvolvimento profissional desses sujeitos. Além da criação de significados para a educação e a docência, o princípio da totalidade dos processos educacionais preocupa-se com o fato de que o formando deve ser capaz de ampliar suas ações para outros espaços que vão além do chão da sala de aula.

Pertinência e relevância social

Esse princípio nos instiga a entender que o Curso de Pedagogia, ao invés de considerar a docência como um fim, deve tomá-la como ponto de partida para a ampliação do desenvolvimento profissional do pedagogo em uma perspectiva mais política e interventiva em relação à realidade social. Portanto, o curso precisa promover ao estudante oportunidades de refletir sobre o papel social do profissional docente e seu compromisso com a qualidade da educação, seja esta pública, privada, formal, informal e/ou não-formal.

Respeito e valorização das diferenças e das diversidades culturais e linguísticas. A formação em Pedagogia desenvolve no educando uma consciência da diversidade,

respeitando as diferenças de natureza ambiental, ecológica, étnico, racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiosas, políticas, ideológicas, escolhas sexuais, necessidades especiais, entre outras, como forma de democratizar os processos educativos.

Em síntese, o exercício da docência exige que o educador tenha um perfil composto de três elementos-chave, a saber:

I) Competência intelectual e técnica, abrangendo

- a. domínio dos conteúdos gerais e dos fundamentos da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- b. conhecimento específico da epistemologia e dos mecanismos do ensino e da aprendizagem e da gestão escolar;
- c. diversidade e capacidade de integrar conteúdos.

II) Criatividade a ser demonstrada

- a. no trabalho interdisciplinar e na capacidade de aprender com as próprias experiências;
- b. nas questões relativas à ética, à estética e à ludicidade no exercício da docência;
- c. na inovação de métodos, de processos e de procedimentos de docência vinculados ao ensino, à pesquisa e à gestão do ensino-aprendizagem.

III) Consciência profissional e política a ser comprovada pelo

- a. conhecimento da função da escola, do educador e do docente;
- b. conhecimento do meio cultural e pela inserção em diversas culturas;
- c. exercício da ética profissional.

2.13 Objetivos do curso:

- ✓ Formar docentes para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com capacidade para compreender a dinâmica da realidade, utilizando-se das diversas áreas do conhecimento para elaborar processos investigativos que facilitem o aperfeiçoamento ou a produção de práticas pedagógicas renovadas;
- ✓ Buscar a articulação entre teoria e prática, mediante o contato do discente com a realidade educacional a partir do primeiro período de formação acadêmica de modo especial através das disciplinas que requerem práticas educativas ao longo do curso;

- ✓ Criar condições teóricas e práticas para intervenções escolares e comunitárias que contribuam para a melhoria da qualidade da educação nos municípios em que esses alunos trabalham e estudam.

2.14 Perfil profissional do egresso

Para integrar a formação humanística com a formação técnico-científica, o Curso de Pedagogia a distância da UFC proverá meios para que, durante sua formação, o docente aproxime-se do perfil delineado a seguir:

- ▶ empenhe-se em seu aprimoramento profissional;
- ▶ compreenda a docência como ação educativa e como processo pedagógico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da pedagogia (Art. 2º §1º das DCNs);
- ▶ domine valores éticos e estéticos inerentes ao processo de aprendizagem, de socialização e de construção de conhecimentos no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo (Art. 2º §1º das DCNs);
- ▶ tenha conhecimento científico e cultural dos métodos e das técnicas em pedagogia e em educação, com vistas não só à habilitação legal, no âmbito da educação escolar, como à sua competência profissional para o exercício de funções mais abrangentes, nas quais se faça necessário o trabalho do pedagogo;
- ▶ evidencie, no seu desempenho profissional: raciocínio lógico, equilíbrio emocional, criatividade, compromisso político, clareza na metodologia científica adequada à ação a ser executada, capacidade de resolver novos problemas;
- ▶ compreenda e valorize as diferentes linguagens manifestas nas sociedades contemporâneas;
- ▶ tenha visão crítica da realidade sociocultural e educacional brasileira, possuindo a sensibilidade necessária para agir, para reagir e para interagir diante das mudanças inevitáveis do meio social;
- ▶ aprenda a buscar e a produzir conhecimentos, de modo a redimensionar sua práxis seja na sala de aula, seja na gestão escolar ou do sistema.
- ▶ reconheça o impacto das novas tecnologias como um dos requisitos para a construção e para a efetivação da cidadania, assim como para a renovação da sua prática pedagógica;
- ▶ desenvolva consciência profissional e política quanto ao papel da escola e do educador no meio cultural.

Dentre as ações que estão sendo implantadas na UFC está o PORTAL DO EGRESSO, instrumento que permitirá o acompanhamento dos alunos formados no âmbito profissional,

além de incentivar a troca de informações entre o egresso e a instituição, visando a melhoria do curso. Uma outra ação que pode ser otimizada pelo ambiente virtual SOLAR será a criação de um instrumento de avaliação *on line* do curso a ser respondido pelos egressos ao final do primeiro ano após a conclusão do curso.

No caso do egresso que já atua na docência nas cidades-polos incentivamos por meio de projetos de extensão a sua participação em encontros e a ministração de palestras para os alunos da Pedagogia EaD.

2.15 Áreas de atuação do futuro profissional

Coerente com os objetivos e os princípios fundamentais que caracterizam o curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância, da FAGED-UFC/Instituto UFC Virtual, delineia-se uma formação integral, coerente com a sociedade do conhecimento e arraigada nos princípios democráticos, estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96. Respalando-se no amparo legal, em conformidade com o que institui a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 compete ao portador de diploma de Graduação Licenciatura em Pedagogia, as seguintes áreas de atuação:

Docência na Educação Básica:

Educação Infantil

Anos Iniciais do Ensino Fundamental

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, inciso II do artigo 53 assegura a autonomia das Instituições de Ensino Superior para fixarem a Integralização Curricular, observando as Diretrizes Curriculares Nacionais/DCN pertinentes a cada curso de graduação.

O curso de Pedagogia EaD da FAGED/UFC se organizará em oito semestres letivos, com uma carga horária de 3.288 horas totalizando 205,5 (duzentos e um e meio) créditos, sendo que cada crédito corresponde a 16 horas aula, correspondente ao desenvolvimento de componentes curriculares que integralizam disciplinas obrigatórias e optativas, atividade de Estágios Supervisionados, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares. O Colegiado desse Curso, assegura aos discentes interessados, conforme regimento geral da universidade, o direito de cursar disciplinas optativas livres nos demais cursos de áreas afins em EaD da UFC, não excedendo a 128 horas (8 créditos). Assim, a organização curricular deve formar docentes para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com capacidade para compreender a dinâmica da realidade, utilizando-se das diversas áreas do conhecimento para elaborar processos investigativos que facilitem o aperfeiçoamento ou a produção de práticas pedagógicas renovadas.

É preciso destacar que, pelo fato de ser uma reformulação do PPC em vigor, os alunos, cuja entrada na Pedagogia EaD aconteceu em 2017.1, farão a migração para este PPC ato contínuo à aprovação da Câmara de Graduação da PROGRAD/UFC.

A **Educação Infantil**, como uma das modalidades enfatizadas nesta proposta curricular, fundamenta-se, também, na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/96), que ratifica o dever do Estado para com a educação infantil enquanto primeira etapa da educação básica. Contudo, o curso precisa, na sua estrutura fomentar alguns princípios, além daqueles gerais já apresentados, que podem nortear a sua prática pedagógica tais como: **1. Formação crítico-reflexiva ancorada no diálogo e no trabalho colaborativo** – A docência é uma profissão que se aprende desde que se entra na escola pela primeira vez, através da observação do comportamento dos professores. O aluno universitário, quando chega ao processo de formação inicial, leva não somente seus conhecimentos prévios sobre a prática docente, como também uma epistemologia, da qual irá utilizar-se para construir seus conhecimentos sobre a sua profissão. Assim sendo, o professor-formador do curso de Pedagogia EaD precisa apoiar-se nesses conhecimentos prévios do estudante, proporcionando-lhe momentos de reflexão sobre essas ideias através de trabalhos em grupo e, especialmente, por meio do respeito à diferença de posicionamentos dentro do grupo, mais ainda quando se trata de educação à distância. Tais momentos precisam configurar-se como oportunidades de elaboração de planos de ação nos quais a tônica seja a colaboração efetiva entre os membros de um determinado espaço de coletividade para um trabalho educativo, de amplo alcance, a começar pela própria coletividade da sala de aula, nos encontros presenciais mas, principalmente, nos ambientes virtuais do curso; **2. Articulação dos conhecimentos teóricos com os saberes construídos na prática social, cultural, política e profissional** - A articulação teoria e prática na formação do pedagogo aponta para formas alternativas da didática, nas quais o estudante do Curso possa exercer sua capacidade de reflexão e de crítica acerca de ações educativas produzidas e gerenciadas, não apenas no espaço da escola/polo/ambientes virtuais, como nos diversos ambientes das cidades onde os polos estão instalados; **3. Integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão como forma de conhecimento e de intervenção na realidade social** - Numa compreensão mais ampla, de acordo com as Diretrizes Curriculares, a integração entre pesquisa, ensino e extensão direciona-se para a formação de um profissional habilitado não apenas para o conhecimento da escola como uma organização complexa e que tem a função de promover a educação para e na cidadania. Essa função não se limita apenas à oferta de vagas e ao ensino na escola, mas amplia-se para a participação social, a intervenção na realidade e a reflexão sobre essa intervenção, por meio das atividades de extensão e pesquisa; **4. Flexibilidade curricular** - A flexibilização curricular será realizada de modo vertical e horizontal. Na vertical, estão compreendidos especialmente os conteúdos do núcleo de estudos integradores, os quais devem possibilitar gradativamente a apropriação de saberes e competências inerentes à atuação do Pedagogo em contextos mais amplos que os espaços escolares. Assim sendo, o estudante poderá optar por aprofundar conhecimentos requeridos a determinadas áreas de atuação, incluindo cursar disciplinas em outros cursos que atendam a sua necessidade de aprofundamento, com total garantia de aproveitamento dos créditos. Além disso, nos quatros

semestres finais onde são ofertadas as disciplinas optativas, os alunos podem optar por duas disciplinas em cada um destes semestres. Flexibilização horizontal visará inserir o aluno em atividades acadêmicas diversas, que vão além daquelas concernentes ao espaço da sala de aula ou ambiente virtual, tais como: participação e atuação em eventos científicos e culturais, seminários, monitorias, oficinas pedagógicas, palestras, grupos de estudos, dentre outros. Portanto eles são estimulados a participar de eventos nas cidades/polo, assim como também organizar eventos contribuindo para o desenvolvimento da criatividade e cidadania; **5. Acessibilidade** - Os conceitos de acessibilidade e inclusão social estão intrinsecamente vinculados. No senso comum, acessibilidade parece evidenciar os aspectos referentes ao uso dos espaços físicos. Entretanto, numa acepção mais ampla, a acessibilidade é condição de possibilidade para a transposição dos entraves que representam as barreiras para a efetiva participação de pessoas nos vários âmbitos da vida social. A acessibilidade é, portanto, condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social, e se apresenta em múltiplas dimensões, incluindo aquelas de natureza atitudinal, física, tecnológica, informacional, comunicacional, linguística e pedagógica, dentre outras. É, ainda, uma questão de direito e de atitudes: como direito, tem sido conquistada gradualmente ao longo da história social; como atitude, no entanto, depende da necessária e gradual mudança de atitudes perante as pessoas com deficiência. Portanto, a promoção da acessibilidade requer a identificação e eliminação dos diversos tipos de barreiras que impedem os seres humanos de realizarem atividades e exercerem funções na sociedade em que vivem em condições similares aos demais indivíduos. Acessibilidade atitudinal, pedagógica. A UFC, desde agosto de 2010 vem implantando sua política de acessibilidade e inclusão por meio de projetos e ações desenvolvidos pela Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui. Órgão suplementar, subordinada à Reitoria, à referida Secretaria compete elaborar e implantar a política de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na UFC, planejando, coordenando, orientando, realizando e acompanhando projetos e ações voltadas ao estímulo e desenvolvimento de uma cultura de inclusão no âmbito da universidade. Este mesmo espírito de inclusão e acessibilidade é aplicado aos polos onde a Pedagogia EaD está atuando de acordo com os convênios estabelecidos com os municípios cearenses.

3.1 Conteúdos curriculares

Em observância às diretrizes curriculares e à resolução nº 02, de 01 de julho de 2015 os conteúdos curriculares estão estruturados em 03 núcleos:

a) núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais.

Formado por conteúdos fundamentais que articulam princípios, concepções e critérios resultantes das diversas áreas do conhecimento que contribuam para o conhecimento do fenômeno educativo, especificamente no contexto da educação básica brasileira, para a aquisição dos conteúdos pertinentes à atividade de ensino do futuro

pedagogo, para a participação na gestão educacional e para a aplicação, em práticas, do conhecimento de processos de ensino. Nestes conteúdos se inserem os conhecimentos relativos aos aspectos filosóficos, sociológicos, linguísticos, históricos, políticos, antropológicos, psicológicos de compreensão do fenômeno da educação e da pedagogia, com estudo da Didática, que possibilitam o desenvolvimento da docência, considerando aspectos cognitivos, afetivos, metodológicos, éticos, culturais, sociais, estéticos levando em conta demandas específicas; e componentes que capacitem o aluno à produção do conhecimento sobre os processos educativos nas mais variadas formas.

Este núcleo princípios se refere a concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade.

b) núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional.

Abrange estudos relativos à atuação profissional, considerando as diferentes demandas sociais, por meio de investigações de processos educacionais e gestoriais em espaços escolar e não escolar, bem como a avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira. Este núcleo apresenta disciplinas como Educação Ambiental, Educação Especial, diversidades étnico-racial como conteúdo da disciplina de Escola, Cultura e Sociedade e História Afro-Brasileira como conteúdo das disciplina de História da Educação.

c) núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

Constituído por atividades que buscam articulação entre teoria e prática na formação docente, em que seja proporcionada a vivência do formando em Iniciação Científica, Iniciação à Docência, Atividades Complementares. Tais atividades se comporão de seminários, iniciação científica, monitoria, intercâmbio e atividades de extensão que, inclusive podem ser promovidos por outras instituições de educação. Neste Núcleo será constituído por espaços de discussão e reflexão sobre temas educacionais, especialmente sobre a prática docente, objetivando uma melhor e mais ampla qualificação do licenciado em Pedagogia para atuação em instituições educativas e a disseminação do conhecimento e da cultura, integram a formação profissional à reflexão e atuação sobre a realidade educacional, com possibilidades de intervenção direta na sociedade, nas áreas que demandem um trabalho político-pedagógico.

O curso de licenciatura em Pedagogia em Ead, da Universidade Federal do Ceará, ainda não contemplava em sua organização curricular a perspectiva de envolvimento dos seus estudantes em ações extensionistas, o que se apresenta, a um só tempo, como uma necessidade e um desafio. Tal inclusão no rol de preocupações na formação dos licenciados não se faz apenas em função do atendimento à Estratégia 07 da meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), em particular, que trata da Curricularização da Extensão como um horizonte,

e a Resolução CEPE nº 28, de 1º de dezembro de 2017, que regulamenta essa curricularização nos cursos de graduação da UFC, o curso optou pela modalidade que determina a inserção das horas das ações de extensão na carga horária de componentes curriculares previstos no Projeto Pedagógico do Curso que poderão sofrer um percentual de aumento de carga horária para inserir teoria e extensão em um mesmo componente curricular, o que amplia a articulação entre atividades de extensão ao ensino e também a pesquisa acadêmico-científica. Visando garantir a exequibilidade da proposta, esse processo será feito gradativamente no período de cinco anos, conforme artigo 15º da Resolução CEPE nº 28. Cumpre registrar a indissociabilidade entre essas três dimensões definida como exigência intrínseca para a constituição de uma instituição de ensino superior (IES) que possa ser concretamente útil para a sociedade brasileira, por meio da formação e qualificação de seus profissionais e dos serviços oferecidos pelos mesmos. Essas três dimensões têm função complementar na dinâmica da vida universitária e integralizam-se para sua significação social.

Nesse sentido, as atividades que propomos a efetivar coadunam com esses princípios filosóficos e político-ideológicos contemporâneos delineados para esta instituição social, o que contempla diferentes dimensões de atuações em cada uma de modo interdependente e interdisciplinar.

Desta maneira, pretendemos estruturar as iniciativas integrantes a Componentes Curriculares, Programas, Projetos, Eventos e Cursos de Extensão (incluindo Grupos de Estudo, oficinas, workshoping), nas quais podem ser trabalhados conteúdos curriculares inerentes à área a atividades de extensão relacionadas ao curso, perfazendo, no mínimo, 10% da carga horária total conforme o mínimo indicado no PNE.

A estratégia metodológica buscada para estas atividades devem ser a do tipo colaborativa-interventiva, que contempla princípios e filosofia da valorização do conhecimento experiencial, do trabalho de campo e da cooperação entre os sujeitos do meio acadêmico (professores, especialistas e alunos) e dos atores/profissionais das instituições educativas, no esforço de avançar, paralelamente, na identificação e resolução dos problemas à medida que ampliam seus conhecimentos e desenvolvem competências para sua ação e sua própria formação. Por outro lado, esses protagonistas se enriquecem no contato com a prática educativa, por sua imersão nos problemas reais do cotidiano das instituições de ensino (LUSTOSA, 2014; GARCIA; MOREIRA, 2003).

Destarte, os atores desse processo (estudantes e professores envolvidos na ação) encontram nos conhecimentos da realidade local (pesquisa), informações que, coletivamente, podem ser sistematizadas no trabalho em sala de aula (ensino), gerando ações de superação das dificuldades encontradas no campo (extensão), e por consequência, consolidam um retorno social legítimo. Ainda que tenhamos disciplinas curriculares ou conteúdos em disciplinas que contemplem, por exemplo, políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena é possível propor atividades extensionistas com os alunos nas cidades polos identificando o contexto e as necessidades presentes nas diversas regiões do Estado do Ceará.

3.2 Unidades e Componentes curriculares

(Obs.: todos os componentes curriculares são disciplinas e/ou atividades)

a) núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais.

RM0016 – Escola, Cultura e Sociedade – Abordagem Sociocultural e Antropológica

RM0894 – Filosofia da Educação I

RM0857 – História da Educação e da Pedagogia

RM0872 – Estrutura e Funcionamento da Educação Básica

RM0865 – História da Educação Brasileira e Cearense

RM0864 – Política Educacional e Gestão Escolar

RM0855 – Psicologia da Educação I – Desenvolvimento e Aprendizagem na Infância

RM0856 – Psicologia da Educação II – Desenvolvimento e Aprendizagem na Adolescência

RM0020 – Psicologia da Educação III – Desenvolvimento e Aprendizagem na vida adulta

RM0945 – Psicomotricidade e Educação

RM0017 – Didática

RM0018 – Educação Infantil

RM0948 – Arte e Educação I

RM0958 – Arte e Educação II

RM0854 – Língua Portuguesa: Produção Textual

RM0943 – Alfabetização e Letramento

RM0874 – Ensino de Língua Portuguesa

RM0946 – Educação Matemática na Educação Infantil

RM0961 – Educação Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental

RM0875 – Ensino de Geografia e História

RM0876 – Ensino de Ciências

RM0150 – Estágio I: Educação Infantil

RM0151 – Estágio II: Anos Iniciais do Ensino Fundamental

RM0019 – Estágio III: Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos

RM0851 – Pesquisa e Prática Pedagógica I: Metodologia da Pesquisa Científica

RM0962 – Pesquisa e Prática Pedagógica II: Pesquisa Educacional

RM0955 – Pesquisa e Prática Pedagógica III: Educação Infantil

RM0956 – Pesquisa e Prática Pedagógica IV: Anos Iniciais do Ensino Fundamental

RM0957 – Pesquisa e Prática Pedagógica V: TCC

RM0954 – Alfabetização e letramento II

RM0915 – Avaliação do processo ensino-aprendizagem

b) núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional.

RM0001 – Introdução à Educação a Distância

RM0858 – Educação e Tecnologias da Comunicação e da Informação

RM0947 – Ludopedagogia – Aspectos socioculturais

RM0863 – Educação Especial

RM0867 – Educação Ambiental

RM0100 – Língua Brasileira de Sinais

RM0870 – Educação de Jovens e Adultos

RM0873 – Educação em Direitos Humanos

RM0951 – Educação e Movimentos Sociais

RM0952 – Educação Popular

RM0014 – Educação, Trabalho e Profissionalização

RM0953 – Espaços-Tempos e composição humana

c) núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

RM0852 – Seminário Integrador

RM0866 – Dialogicidade e Formação Humana em Paulo Freire

3.3 Integralização curricular

Semestre	Nome do Componente Curricular	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	Carga Horária Total	Pré-requisito(s)	Equivalência(s)
1º	RM0015 - Introdução à Educação a Distância	32	32	64	-	-
1º	RM0016 - Escola, Cultura e Sociedade – Abordagem Sociocultural e Antropológica	96	-	96	-	-
1º	RM0854 - Língua Portuguesa: Produção Textual	64	-	64	-	-
1º	RM0894 - Filosofia da Educação I	64	-	64	-	-
1º	RM0960 - Seminário Integrador	32	-	32	-	-
2º	RM0851 – Pesquisa e Prática Pedagógica I: Metodologia da Pesquisa Científica	32	32	64	-	-
2º	RM0855 – Psicologia da Educação I – Desenvolvimento e Aprendizagem	64	-	64	-	-

	na Infância					
2º	RM0857 - História da Educação e da Pedagogia	64		64	-	-
2º	RM0858 - Educação e Tecnologias da Comunicação e da Informação	32	32	64	RM0015	-
2º	RM0872 – Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	64		64		-
2º	RM0945 - Psicomotricidade e Educação	64	-	64		-
3º	RM0100 – Língua Brasileira de Sinais	32	32	64		-
3º	RM0856 – Psicologia da Educação II – Desenvolvimento e Aprendizagem na Adolescência	64	-	64	RM0855	
3º	RM0865 – História da Educação Brasileira e Cearense	64	-	64	RM0857	-
3º	RM0867 - Educação Ambiental	64	-	64	-	-
3º	RM0947 - Ludopedagogia – Aspectos socioculturais	64	-	64		-
3º	RM0962 – Pesquisa e Prática Pedagógica II: Pesquisa Educacional	32	32	64	RM0851	-
4º	RM0017 – Didática	96	-	96	-	-
4º	RM0018 - Educação Infantil	96	-	96		
4º	RM0943 - Alfabetização e Letramento	32	32	64	-	-
4º	RM0946 - Educação Matemática na Educação Infantil	32	32	64	-	-
4º	RM0948 - Arte e Educação I	32	32	64	-	-
5º						-
	RM0150 - Estágio I: Educação Infantil	96	64	160	RM0018	
5º	RM0863 - Educação Especial	64	-	64	-	-
5º	RM0874 - Ensino de Língua Portuguesa	64	32	96		-
5º	RM0955 – Pesquisa e Prática Pedagógica III - Educação Infantil	32	16	48	RM0962	RM0862
5º	Disciplina Optativa	64	-	64	-	-
6º	RM0870 – Educação de Jovens e Adultos	64	-	64	-	-
6º	RM0875 - Ensino de Geografia e História	96	-	96		
6º	RM0958 - Arte e Educação II	32	32	64	RM0948	-
6º	RM0961 - Educação Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental	64	32	96	RM0946	-

6º	Disciplina Optativa	64	-	64	-	-
7º	RM0151 - Estágio II: Anos Iniciais do Ensino Fundamental	80	64	144	RM0150	
7º	RM0873 - Educação em Direitos Humanos	64	-	64		-
7º	RM0876 - Ensino de Ciências	64	32	96	RM0867	-
7º	RM0956 - Pesquisa e Prática Pedagógica IV: Anos Iniciais do Ensino Fundamental	32	16	48	RM0955	-
7º	Disciplina Optativa	64	-	64		
8º	RM0019 - Estágio III: Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos	64	32	96	RM0870	
8º	RM0864 - Política Educacional e Gestão Escolar	64	-	64	-	-
8º	RM0866 - Dialogicidade e Formação Humana em Paulo Freire	64	-	64		-
8º	RM0957 - Pesquisa e Prática Pedagógica V: TCC	64	32	96	RM0956	-
8º	Disciplina Optativa	64	-	64	-	-
	OPTATIVAS					
	RM0014 - Educação, Trabalho e Profissionalização	64	-	64		
	RM0020 - Psicologia da Educação III - Desenvolvimento e Aprendizagem na Vida Adulta	64	-	64	-	-
	RM0021 - Práticas Lúdicas	64	-	64		
	RM0160 - Avaliação do processo ensino-aprendizagem	64	-	64		
	RM0896 - Filosofia da Educação II	64	-	64		
	RM0951 - Educação e Movimentos Sociais	64	-	64	-	-
	RM0952 - Educação Popular	64	-	64	-	-
	RM0953 - Espaços-Tempos e composição humana	64	-	64	-	-
	RM0954 - Alfabetização e Letramento II	64	-	64	-	-

O curso de Pedagogia EaD da FAGED/UFC se organizará em oito semestres letivos, com uma carga horária de 3.288 horas totalizando 205,5 (duzentos e cinco e meio) créditos, sendo que cada crédito corresponde a 16 horas aula, correspondente ao desenvolvimento de componentes curriculares que integralizam disciplinas obrigatórias e optativas, sendo que dentre estas, o aluno poderá cursar cinquenta por cento em optativas livres, Estágios Supervisionados, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares. O Colegiado

desse Curso, assegura aos discentes interessados, conforme regimento geral da universidade, o direito de cursar disciplinas optativas livres nos demais cursos de áreas afins em EaD da UFC, não excedendo a 128 horas (8 créditos). Para auxiliar nesta organização, apresentamos o quadro que segue abaixo:

Distribuição da Carga Horária		
Tipo do Componente	Componente Curricular	Carga horária
Componentes Obrigatórios	Disciplinas obrigatórias	2.336
Componentes Optativos	Disciplinas optativas	256
Práticas e componentes teórico-práticas	Estágio(s)	400
	Trabalho de Conclusão de Curso	96
	Atividades Complementares	200
Total		3.288

Carga horária por semestre	Informar o número de horas
Carga horária mínima	268
Carga horária média	350
Carga horária máxima	432

Prazos	Informar em semestres
Mínimo	08
Médio	08
Máximo	12

Obs.: Como as entradas de alunos dependem de editais do MEC/UAB, não sendo intermitentes, não há como fazer uma oferta que permita aos alunos cumprir um prazo mínimo inferior a 08 semestres.

Em relação ao PPC anterior algumas alterações substanciais na matriz curricular precisam ser registradas. Cria-se a disciplina Psicomotricidade e Educação com carga horária de 64h cuja oferta será no segundo semestre. Cria-se a disciplina Arte e Educação I com carga horária de 64h a ser ofertada no quarto semestre. Cria-se a disciplina de Arte e Educação II com carga horária de 64 horas que será ofertada no sexto semestre. Cria-se a disciplina de Educação Matemática na Educação Infantil com carga horária de 64 horas a ser ofertada no quarto semestre. Cria-se a disciplina de Educação Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental com carga horária de 96 horas a ser ofertada no sexto semestre. Cria-se a disciplina de Didática com carga horária de 96 horas em equivalência a disciplina de Didática Geral de carga horária de 96 horas do PPC antigo. Cria-se a disciplina

de Pesquisa e Prática Pedagógica II: Pesquisa Educacional com carga horária de 64 horas. Cria-se a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica III: Educação Infantil com carga horária de 48 horas. Cria-se a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica IV: Anos Iniciais do Ensino Fundamental com carga horária de 48 horas. Cria-se a atividade curricular de Pesquisa e Prática Pedagógica V: TCC com carga horária de 96 horas. Altera-se a carga horária da disciplina de Escola, Cultura e Sociedade I tem sua carga horária alterada de 64h para 96h e permanece no 1º semestre. Altera-se a carga horária da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS de 96 horas para 64 horas. Altera-se a carga horária da atividade de Estágio I: Educação Infantil de 128 horas para 160 horas. Altera-se a carga horária da atividade de Estágio II: Anos Iniciais do Ensino Fundamental de 128 horas para 144 horas. Altera-se a carga horária da atividade de Estágio III: Educação de Jovens e Adultos de 128 horas para 96 horas. Altera-se a carga horária para a disciplina de Educação Infantil de 64 horas para 96 horas, e cria-se um novo código. Cria-se a disciplina de Espaço Tempos e Composição Humana como optativa de 64 horas. Cria-se a disciplina de Alfabetização e Letramento II como optativa de 64 horas. Cria-se a disciplina de Educação, Trabalho e Profissionalização como optativa de 64 horas. Altera-se a carga horária da disciplina de Educação e Movimentos Sociais de 32 horas para 64 horas. Altera-se a carga horária da disciplina de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem de 32 horas para 64 horas. Altera-se a carga horária da disciplina de Educação Popular de 32 horas para 64 horas. Altera-se a disciplina de Escola, Cultura e Sociedade II de obrigatória para optativa e alterar sua carga horária de 64 para 32 horas, para compatibilizar com a disciplina de Escola, Cultura e Sociedade I. Altera-se a disciplina de Psicologia da Educação III: Desenvolvimento e Aprendizagem na Vida Adulta de obrigatória para optativa, mantendo a carga horária de 64 horas. Altera-se a disciplina de Práticas Lúdicas de obrigatória para optativa, mudando também a carga horária para 64 horas. Altera-se a disciplina de Filosofia da Educação II de obrigatória para optativa, mantendo a carga horária de 64 horas.

Aos alunos cuja entrada se deu em 2017.1 será garantida a migração para essa nova matriz curricular após sua aprovação pela câmara de Graduação/CEPE.

3.4 Prática como componente curricular

Em acordo com o que é recomendado pela Resolução CNE/CP nº. 2, de 19 de fevereiro de 2002, considerada na Resolução CNE/CP de 1º de julho de 2015, a Resolução Nº.32/CEPE de 30 de outubro de 2009 e a Resolução CNE/CP nº. 1, de 18 de fevereiro de 2002, que explicita que a prática não se restrinja a um espaço isolado, desarticulado do restante do curso, mas que esteja presente desde o início da formação e que permeie todas as etapas do curso, sendo incorporada no interior das áreas ou das disciplinas que constituem os componentes curriculares da formação e não apenas nas disciplinas pedagógicas, assim devem estar diluídas ao longo do curso entre as disciplinas de caráter propositivo, estabelecendo uma relação dialética entre teoria e prática. Desta forma não se confundem com os estágios pois os mesmos precisam de um tempo de permanência *in*

loco no futuro espaço de exercício profissional sob a forma supervisionada de um professor qualificado da áreas, assim, os estágios são atividades educativas supervisionadas com 400 horas de prática como componente curricular e que têm como objetivo assegurar, no projeto formativo do educando, a articulação entre teoria e prática, mediante o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como favorecer uma formação crítica e reflexiva dos estudantes, visando uma atuação profissional comprometida e engajada.

Para se alcançar os objetivos propostos nas práticas, que envolve conhecimento e análise das situações pedagógicas, contudo não dependendo só da observação direta na escola, o curso de Pedagogia EaD destaca as disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica I no semestre II com carga horária de 64 h, Pesquisa e Prática Pedagógica II no semestre III com carga horária de 64 h, Pesquisa e Prática Pedagógica III: Educação Infantil no semestre V com carga horária de 48 h, Pesquisa e Prática Pedagógica IV: Anos Iniciais do Ensino Fundamental no semestre VII com carga horária de 48 h e Ensino de Língua Portuguesa no semestre V com carga horária de 96 h, Ensino de Geografia e História no semestre VI com carga horária de 96 h, Educação Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental no semestre VI com carga horária de 96 h, Ensino de Ciências no semestre VII com carga horária de 96 h.

Em consonância com a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, as disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica I, II, III e IV terão um papel fundamental para a preparação do estágio e que culminará na atividade de Pesquisa e Prática Pedagógica V que é efetivamente o trabalho de conclusão de curso (TCC), uma vez que os temas destes últimos emergirão das reflexões, dos diagnósticos e das pesquisas realizadas ao longo do curso. O plano de estágio deve conter a previsão de atividades de ensino e projetos de aprendizagem condizentes com o diagnóstico realizado, de modo a garantir o aperfeiçoamento da prática pedagógica do estudante-professor. O desenvolvimento do plano será acompanhado diretamente pelos coordenadores locais e a distância pelo professor-formador e pelo tutor. O professor-formador coordenará todo o processo de estágio, devendo, inclusive, participar de momentos presenciais para planejamento, acompanhamento e avaliação. Ele também dará orientação sobre o relatório final de estágio, articulando-se com os professores formadores responsáveis pelas disciplinas preparatórios do estágio e do TCC, anteriormente referidas.

3.5 Metodologias de ensino e de aprendizagem

A metodologia de ensino e aprendizagem no curso de Pedagogia EaD da UFC, em conformidade com o que estabelece a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96, a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação Licenciatura, modalidade à distância e, respaldando-se na Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 e na Resolução CEPE/UFC nº 14, de 03 de dezembro de 2007 é,

predominantemente, ativa, centrada no diálogo e na interação na construção do conhecimento.

Portanto, os aspectos metodológicos do curso de Pedagogia EaD, unem, por ser um curso à distância, uma aprendizagem cooperativa com o uso das novas tecnologias aplicadas à educação. O espaço virtual de aprendizagem que abrigará o Curso de Pedagogia EaD é a rede mundial de computadores, baseada nos servidores de acesso remoto situados nas dependências do Instituto UFC Virtual, em Fortaleza. Para o pleno desenvolvimento do Curso é imprescindível a disponibilização de rede de comunicação e de infraestrutura multimídia que possibilite a interação permanente e em tempo real entre alunos e professores, tutores e gestores do programa, bem como entre as equipes técnicas e as de suporte do Instituto UFC Virtual.

No caso do Instituto UFC Virtual, a ele cabe proporcionar alternativas multimídias que permitam o desenvolvimento permanente da qualidade do curso, adequando materiais didáticos e conteúdo das disciplinas à realidade do curso a distância por meio da transposição didática aos ambientes virtuais e de fácil acesso a professores e alunos da Pedagogia EaD, assim como a capacitação adequadas nas novas tecnologias para o desenvolvimento pleno tanto de professores, tutores como dos alunos.

O principal meio de interação dos estudantes-professores-coordenação matriculados no Curso de Pedagogia EaD é o ambiente virtual SOLAR, desenvolvido pelo Instituto UFC Virtual, testado em inúmeros cursos e consolidado como espaço virtual para o trabalho de atualização pedagógica e de formação de professores. A este recurso poderão agregar-se outros recursos virtuais disponíveis na Internet, como: e-mail, Comunidades Virtuais de Aprendizagem, Blogs e até mesmo outros AVA.

No ambiente SOLAR os alunos e professores encontram uma série de ferramentas fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem. Na **página inicial** – Acesso ao curso e autenticação do acesso do usuário no ambiente, no nível de permissão previamente cadastrado. Após este procedimento, o usuário acessa as outras funcionalidades, tais como:

Estrutura Modular – Local em que o estudante poderá visualizar as disciplinas dos módulos que compõem o curso. Para cada uma delas, constam as seguintes opções: Mural (Espaço no qual professores e tutores disponibilizarão informações e avisos para os estudantes); Conteúdo (para disponibilização dos conteúdos de apoio de cada disciplina, incluindo cópia eletrônica do material impresso, quando necessário); **Biblioteca Virtual** – Espaço no qual professores, tutores e estudantes podem disponibilizar livros eletrônicos, textos, gravuras, vídeos, apresentações e outros materiais que complementem os conteúdos estudados; **Fórum** – Espaço de comunicação assíncrono, no qual professores, tutores e estudantes podem trocar ideias, organizadas por tema e com um período de discussão estabelecido; **Chat** – Espaço de comunicação síncrono em que os estudantes poderão dialogar com tutores ou com professores, em tempo real, sobre temas definidos, em horários pré-estabelecidos; **Portfólio** - Espaço de atividades assíncronas cooperativas onde os alunos postam atividades propostas na disciplina; **Web aula** – Espaço síncrono no qual os professores tutores podem ministrar aulas ao vivo para todos

os polos com interação dos alunos e gravação instantânea para que os alunos possam rever a aula de forma assíncrona.

Aliado ao ambiente virtual, a metodologia de ensino e aprendizagem da Pedagogia EaD utiliza de encontros presenciais nos polos por meio de tutores EaD que proporcionam um acréscimo ao aprendizado dos alunos. O procedimento de tutoria é orientado para garantir o tempo e o espaço para o aluno interagir e trabalhar as dificuldades apresentadas por cada aluno ou pela comunidade de aprendizagem. A tutoria tem como papel fundamental tornar possível e garantir a inter-relação personalizada e contínua do aluno com o sistema e a articulação do mesmo no processo de aprendizagem.

3.6 Procedimento de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem

A avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem no Curso de Pedagogia EaD da FAGED/UFC, segue o contido nos preceitos estatutários e regimentais desta Universidade, Resolução CEPE/UFC nº.12, de 19 de junho de 2008, artigos 109 e parágrafos até o artigo 115 do Regimento Geral da UFC e ofício circular Nº 001/2009/CGUAB/UFC, respaldados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96.

No ambiente virtual, SOLAR, há uma ferramenta que permite ao professor da disciplina e aos tutores em EaD lançar notas com peso definido pelo professor da disciplina de forma imediata, permitindo a visualização dos alunos de seu rendimento acadêmico ao longo das disciplinas ofertadas no respectivo semestre conforme o que preconiza os aspectos abaixo.

Os aspectos específicos que contemplam a Pedagogia EaD tem, na avaliação, as seguintes características:

- ▶ Avaliações virtuais (AV): compreendidas por trabalhos desenvolvidos pelo corpo discente tais como participação em Webconferências, chats, fóruns e produção de portfólios, postados no ambiente virtual de aprendizagem. A média das avaliações virtuais será expressa na escala de 0 (zero) a 10 (dez), contendo uma casa decimal.
- ▶ Avaliações presenciais (AP): caracterizadas por provas ou outros instrumentos presenciais de verificação, aplicados nas datas previstas nos polos de ensino. A média das avaliações presenciais será expressa na escala de 0 (zero) a 10 (dez), contendo uma casa decimal.
- ▶ Avaliação Final (AF): caracterizada por prova ou outro instrumento de verificação realizada após o cumprimento de pelo menos 90% (noventa por cento) do conteúdo programado para a disciplina no respectivo período letivo, analisada na escala de 0 (zero) a 10 (dez), contendo uma casa decimal.

Será aprovado por média na disciplina o aluno que apresentar média igual ou superior a 07 (sete), de acordo com a seguinte fórmula:

$$M = (MAV) \times 0,4 + (MAP) \times 0,6 \text{ onde,}$$

M = Média

MAV = Média das avaliações virtuais

MAP = Média das avaliações presenciais

O aluno que apresentar a média de que trata o item anterior igual ou superior a 04 (quatro) e inferior a 07 (sete), será submetido à Avaliação Final, de caráter presencial. O aluno que se enquadrar na situação descrita acima será aprovado quando obtiver Média Final igual ou superior a 05 (cinco), calculada pela seguinte fórmula:

$MF = (NAF + M)/2$ onde,

MF = Média Final

NAF = Nota de Avaliação Final

M = Média

Para ser aprovado, o aluno deverá apresentar frequência, em cada disciplina, igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista. No caso de Estágio e no Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno deverá apresentar frequência mínima de 90% (noventa por cento) da carga horária prevista. A frequência do(a) aluno(a) será apurada, adotando-se os seguintes critérios: a) a cada cinquenta minutos de atividades presenciais será contabilizada 1h/a.; b) Da carga horária total da disciplina, deduz-se a carga horária de atividades presenciais. A diferença deve ser distribuída pelo número de atividades previstas dentro do ambiente virtual de aprendizagem; c) A ausência nos encontros e a não realização das atividades virtuais implicam em registro de falta.

Conforme Resolução nº 12/CEPE, DE 19 de junho de 2008, caso o aluno tenha duas reprovações por frequência em uma mesma disciplina ou acumular quatro reprovações por frequência em disciplinas de seu curso, terá sua matrícula bloqueada para o semestre subsequente. O desbloqueio só poderá ser efetuado mediante assinatura de termo, na coordenação do curso, onde o estudante declara ter ciência de que a próxima reprovação por frequência acarretará no cancelamento definitivo de sua matrícula.

A tutoria exerce um papel fundamental nos processos avaliativos na EaD. No caso da Pedagogia EaD temos o tutor em EaD e o tutor presencial que em sintonia com o professor da disciplina fazem o acompanhamento tanto presencial, no polo, como virtual nos ambientes virtuais de aprendizagem, mapeando as principais dificuldades que os alunos apresentam com relação às avaliações propostas e fazem um acompanhamento presencial, com a formação de grupos de estudos nos polos orientados pelo tutor presencial ou atividades virtuais definidas pelos tutores em EaD.

3.7 Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular supervisionado, de acordo com a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 e a Resolução CNE/CP nº 01/2002, e a Resolução N°.32/CEPE de 30 de outubro de 2009, são atividades educativas supervisionadas que têm como objetivo assegurar, no

projeto formativo do educando, a articulação entre teoria e prática, mediante o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão em instituições educativas escolares e não escolares, bem como favorecer uma formação crítica e reflexiva dos estudantes, visando uma atuação profissional comprometida e engajada. Essas atividades são ofertadas, preferencialmente, com base em convênio firmado entre a Universidade Federal do Ceará (UFC), por meio da sua Agência de Estágio, o Governo do Estado do Ceará e as Prefeituras Municipais nas cidades polos. Os Estágios Supervisionados não criam vínculos empregatícios de qualquer natureza, sendo o Seguro Obrigatório, previsto em Lei, ser providenciado pela UFC.

O Estágio Supervisionado possui três componentes curriculares essenciais: Estágio I – Educação Infantil, com carga horária de 160 horas, proposto no 5º semestre; Estágio II – Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com carga horária de 144 horas, proposto no 7º semestre e Estágio III – Anos Iniciais da Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 96 horas, proposto no 8º semestre. Os estágios obrigatoriamente terão encontros presenciais nos polos onde os alunos estudam e planejam as intervenções nas escolas dos municípios polos - para o planejamento de cada fase do estágio (observação, participação e intervenção); - a orientação, socialização, reflexão e discussão das situações vividas em campo, articulando-as com os conhecimentos estudados nas demais disciplinas do curso de Pedagogia EaD, em especial aquelas relacionadas à Educação Infantil; - à orientação para a elaboração dos Relatórios Parciais (ao final de cada etapa) e Final (ao final da atividade no campo) do Estágio; - a sistematização dos Relatórios; e à elaboração e socialização dos projetos de intervenção desenvolvidos com as crianças na instituição educativa onde o Estágio foi realizado.

Os estágios devem objetivar que o aluno (a) possa:

I – Compreender o contexto da realidade social da creche, pré-escola, escola ou espaço não escolar, campos de estágio, de modo a permitir ao licenciando posicionar-se criticamente face à realidade e participar de sua transformação, assim como procurar participar das diversas instâncias vivenciadas no ambiente escolar tais como os conselhos escolares, se possível, reuniões de professores da escola-campo, etc.

II – Adotar comportamentos e tomar decisões pautadas pela ética, pela superação de preconceitos, pela aceitação da diversidade física, intelectual, sensorial, cultural, social, racial, linguística e sexual dos educandos, tendo como princípio básico que todos são capazes de aprender.

III – Organizar e vivenciar práticas de educação e de cuidado, processos de ensino e de aprendizagem repensando conteúdos e práticas, levando em conta o contexto social, os objetivos e as condições das instituições envolvidas e as motivações e experiências dos educandos.

IV – Criar, realizar, avaliar e melhorar práticas de educação e de cuidado e propostas de ensino e de aprendizagem, procurando integrar as áreas de conhecimento e estimular ações coletivas na instituição que sedia o estágio, de modo a propor outras concepções de trabalho educativo.

V – Investigar o contexto educativo na sua complexidade e refletir sobre a sua prática profissional e as práticas educativas, de modo a propor soluções para os eventuais problemas que se apresentem.

As disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica I, II, III, IV terão um papel fundamental para a preparação do estágio e a vivência necessária que o aluno terá na escola-campo, que culminará na atividade de Pesquisa e Prática Pedagógica V que é efetivamente o trabalho de conclusão de curso (TCC), uma vez que os temas destes últimos emergirão das reflexões, dos diagnósticos e das pesquisas realizadas ao longo do curso. O plano de estágio deve conter a previsão de atividades de ensino e projetos de aprendizagem condizentes com o diagnóstico realizado, de modo a garantir o aperfeiçoamento da prática pedagógica do estudante-professor. O desenvolvimento do plano e sua prática será acompanhado diretamente pelos tutores presenciais e pelos tutores em EaD e pelo professor da disciplina estágio. O professor da disciplina coordenará todo o processo de estágio, devendo, inclusive, participando do planejamento, acompanhamento e avaliação.

No portfólio do estágio deve aparecer uma reflexão sobre todos os elementos envolvidos na prática pedagógica: planejamento, objetivos de ensino, conteúdos, metodologias de ensino, recursos didáticos, dificuldades de aprendizagem e do ensino e avaliação da aprendizagem dos alunos.

3.8 Trabalho de Conclusão de Curso

De acordo com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (CNE/CP Nº 5/2005), o TCC deve ser um trabalho de natureza acadêmico-científica com o objetivo de gerar uma reflexão sistemática sobre um tema relacionado a uma área de conhecimento e de atuação profissional do Pedagogo, possibilitando ao aluno, a sua inserção no campo da produção do conhecimento científico. Portanto, os temas abordados no TCC devem emergir da formação teórico prática consubstanciada, de forma articulada, nas experiências de observação, nas reflexões realizadas disciplinas, nos estágios supervisionados, nos trabalhos de campo, na inserção nos grupos de pesquisas e nas ações de extensão junto à comunidade, dentre outras atividades.

O TCC na Pedagogia EaD se insere no conjunto de disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica, culminando na atividade de Pesquisa e Prática Pedagógica V: TCC, tendo como suporte as intervenções dos estágios supervisionados e demais disciplinas e práticas que servem de apoio às reflexões dos alunos ao longo do curso.

A atividade de Pesquisa e Prática Pedagógica V: TCC será ofertada no 8º semestre do curso com carga horária de 96 horas, sendo que 32 horas são destinadas à pesquisa de campo do TCC e 64 horas destinadas à escrita e formatação do texto de acordo com as normas acadêmicas disponíveis no site www.biblioteca.ufc.br. Os docentes dos Cursos de Pedagogia EaD com o auxílio dos tutores das disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica orientarão grupos de quatro ou oito alunos, dentro de sua área de estudo e atuação. Exigir-se-á o grau de mestre para ser professor-orientador do TCC.

A apresentação pública do TCC pelos alunos deverá ocorrer até 15 dias após o término do semestre com banca examinadora constituída conforme as orientações dos itens VII e VIII do tópico 5.2 do Manual de Regulamento do TCC disponível em: www.faced.ufc.br. Em cada banca é recomendado a presença de um(a) avaliador externo à FACED/UFC.

A avaliação do TCC que poderá ser uma monografia ou um artigo, conforme o Manual de Regulamentação, obedece aos seguintes critérios:

a) Apresentação do texto escrito:

I- Relevância da temática (1pt)

II- Rigor Científico e coerência teórico-conceitual (2pts)

III- Adequação da metodologia ao objeto de estudo (2pts)

IV – Aprofundamento teórico e tratamento conferido à análise da temática investigativa (3pts)

V – Correção ortográfica e adequação à normatização dos trabalhos científicos (2pts)

b) Apresentação pública

I- Qualidade dos recursos audiovisuais (1pt)

II- Seleção do conteúdo (2pts)

III - Clareza e objetividade (2pts)

IV - Domínio do referencial teórico-metodológico (3pts)

V – Segurança na argumentação ao responder a banca (2pts)

O aluno terá vinte minutos para apresentação e cada membro da banca terá, em média, de dez a quinze minutos para proceder a sua exposição, zelando pela objetividade e respeito ao orientando e ao orientador. A nota final será composta pela média ponderada das duas notas dadas pelos três membros da banca, sendo que a média do trabalho escrito terá peso dois. O aluno que obtiver nota final igual ou superior a 7,0 (sete) será considerado aprovado. A reprovação, por nota abaixo da mínima exigida, possibilitará ao aluno, realizar as modificações sugeridas pela banca examinadora, submetendo-se a uma nova apresentação no prazo estabelecido em calendário fixado pela comissão de TCC em acordo com a coordenação do curso de Pedagogia EaD.

Em caso de uma nova reprovação por nota, ou por motivo de não apresentação do TCC, o aluno deverá repetir o TCC, mediante nova matrícula institucional. Será reprovado, automaticamente, o não cumprimento das normas previstas no Manual de Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, da FACED/UFC ou a prática de ações que firam a ética na pesquisa científica.

3.9 Atividades complementares

Conforme a Resolução CNE/CP nº. 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia, e a Resolução CEPE/UFC n. 07, de 17 de

junho de 2005, que dispõe sobre as atividades complementares nos cursos de Graduação da UFC, deve o estudante de Pedagogia EaD cumprir uma carga horária de 200 (duzentas) horas de acordo com a Resolução 02, de 1º de julho de 2015 do CNE – Conselho Nacional de Educação, em Atividades Complementares. As Atividades Complementares serão cumpridas pelo discente a partir da data de ingresso no curso de Pedagogia EaD. Totalizando a quantidade de créditos exigidos, cabe ao aluno(a) preencher o formulário de atividades complementares, anexar os as cópias dos documentos comprobatórios que serão, inicialmente, conferidos pelo Coordenador do polo ou o tutor presencial e que deverão enviar para a secretaria acadêmica por meio de malote, até o penúltimo semestre da colação de grau, para a integralização dos créditos no seu histórico escolar.

A totalização da carga horária que é de 200 (duzentas) horas de atividades complementares efetivar-se-á de acordo com o artigo 2º da Resolução Nº 07/CEPE:

– São consideradas atividades complementares:

I – Atividades de iniciação à docência;

II – Atividades de iniciação à pesquisa;

III – Atividades de extensão;

IV - Atividades artístico-culturais e esportivas;

V – Atividades de participação e/ou organização de eventos;

VI – Experiências ligadas à formação profissional e/ou correlatas;;

VII – Produção Técnica e/ou Científica;

VIII – Vivências de gestão;

IX – Outras atividades, estabelecidas de acordo com o Art. 3o. desta Resolução.

Segue o detalhamento das atividades complementares e de suas respectivas pontuações, conforme a resolução acima citada:

Participação comprovada em seminários, em congressos, em palestras, em jornadas, em eventos, em simpósios, em cursos de extensão, em aperfeiçoamento profissional, em grupos de estudos e em outras modalidades de formação continuada.	Até 32 horas
Participação comprovada em atividades artísticos-culturais e esportivas (cinema, teatro, exposições, mostras culturais etc).	4 horas por evento (no máximo 80h)
Atividade de voluntariado comprovada em projetos de responsabilidade social.	Até 48 horas
Participação comprovada em projetos voltados ao campo educacional, escolares e não-escolares, públicos e privados (educação de pessoas com deficiência, educação do campo, educação indígena, educação em remanescentes de quilombos,	Até 64 horas

em organizações não-governamentais).	
Publicação de artigos, de trabalhos acadêmicos, de relatos de experiências de ensino.	Até 96 horas
Atividades de iniciação à docência, à pesquisa e/ou extensão	Até 96 horas

3.10. Ementário e bibliografias

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS POR SEMESTRE LETIVO

SEMESTRE I

► INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (64H)

Conceitos de Educação a Distância – EAD; Orientações para o aluno em EaD; O papel do professor na EaD; Conceitos de comunidades virtuais de aprendizagem; Noções de Interação e interatividade; Colaboração e cooperação na EaD; Ambientes virtuais de ensino; Legislação de EaD; Noções de planejamento didático-pedagógico para EaD (design instrucional).

Bibliografia Básica:

LEMOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora34, 1999.

LYNN, Alves. Educação a distância. São Paulo: Futura, 2003.

PALLOFF, Rena e PRATT, Keith. O aluno Virtual. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTOS, E. O. Articulação de saberes na EAD online. In: SILVA, M. (Org.) Educação online. São Paulo: Loyola, 2006.

Bibliografia Complementar:

BARBOSA, R. M (org). Ambientes virtuais de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.

KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003.

MORAN, José Manuel. MARCOS T. Masseto. MARILDA, Aparecida Behrens. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, São Paulo: Paipuru, 2000.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

► LÍNGUA PORTUGUESA: PRODUÇÃO TEXTUAL (64H)

Linguagem e comunicação; Textos jornalísticos; Textos de informação científica; Textos instrucionais; Textos epistolares; Textos publicitários; Fundamentos pedagógicos para o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita.

Bibliografia Básica:

SERAFINI, Maria Teresa. Como escrever textos. São Paulo: Globo, 2001.
VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
VANOYE, Francis. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Bibliografia Complementar:

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna / Nova Fronteira, 2010.
CEGALLA, Domingos Paschoal. Dicionário de dificuldades da língua portuguesa (edição de bolso, revista e ampliada). Rio de Janeiro: Lexicon; Porto Alegre, L&PM, 2007.
KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A Coerência Textual. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
KLEIMAN, Ângela. Oficina de leitura: teoria e prática. Campinas-SP: Pontes/Ed. da UNICAMP, 1993.
MORAIS, Artur Gomes de (org.). O aprendizado da Ortografia. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

► **ESCOLA, CULTURA E SOCIEDADE: ABORDAGEM SOCIOCULTURAL E ANTROPOLÓGICA (96 H)**

Função social da escola. O conceito de cultura em nossa sociedade e as relações de poder. Cultura, sociedade e diversidade. Relações entre escola, cultura e sociedade. A cultura escolar.

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, Pierre ; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 26. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Trad. de Magne, B. Porto Alegre: Artmed, 2000.
ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. Antropologia e Educação. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009. Coleção Temas & Educação, 10.

Bibliografia Complementar:

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. Etnografia da prática escolar. 14. ed. Campinas/SP: Papyrus Editora, 2008.
BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1997.
CÂNDIDO, Antônio. Tendências no desenvolvimento da sociologia da educação. In. PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. (Org.). Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1973, p. 07-18.

DIEB, Messias. O currículo oculto e o fracasso escolar: uma relação mediada por representações sociais e pela relação com o saber. *Educação em Debate* (CESA/UFC), v. 1, p. 18-25, 2006.

DIEB, Messias. Os sentidos do aprender e do ensinar: trilhando a organização do livro. In: DIEB, Messias. (Org.). *Relações e saberes na escola: os sentidos do aprender e do ensinar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 11-15.

GOMES, Alberto Cândido. *A educação em perspectiva sociológica*. 3 ed. São Paulo: EPU, 1994.

► FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO (64H)

O saber filosófico e a educação. O conhecimento, a ética e a estética na perspectiva filosófica. Experiência e linguagem. Educação e valores.

Bibliografia Básica:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da Educação: Visão geral*, São Paulo: Moderna, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Um convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2008.

HAGUETTE, André. *Filosofando*. Fortaleza/CE: Geo Studio, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Construindo a cidadania*. São Paulo: FTD, 1994.

Bibliografia Complementar:

ABRÃO, Baby e COSCODAI, Mirtes. *História da Filosofia*. São Paulo: Best Seller, 2003.

CORBISIER, Roland. *Introdução à Filosofia*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1986. Tomo I e II.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

KUPFER, Maria Cristina. *Pensamento e ação no magistério*. São Paulo SP: Scipione, 1992.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Formação de professores*. São Paulo: Cortez, 2005.

SEMERARO, Giovanni. *O pensamento moderno*. Aparecida/ SP: Idéias e Letras, 2011.

► SEMINÁRIO INTEGRADOR (32H)

Trabalho grupal no Círculo Reflexivo Biográfico: narrativas sobre práticas e vivências ao longo da vida. Interpretação das experiências com apoio das abordagens teóricas desenvolvidas no semestre. Elaboração da Biografia Educativa.

Bibliografia Básica:

CUNHA, Maria Isabel da. Conta-me agora: as narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. In: *Revista da Faculdade Educação*. vol.23, nº 1-2, São Paulo, jan/dez, 1997.

FREIRE, Paulo. *Educação e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. As Contribuições de Paulo Freire para uma Abordagem Biográfica de Pesquisa e de Formação. In: VASCONCELOS, José Gerardo e SANTANA, José Rogério (Orgs). *O Pensamento pedagógico hoje*. Fortaleza: Edições UFC, 2011. Col. Diálogos Intempestivos, 100.

Bibliografia Complementar:

DELORY-MOMBERGER, Cristine. Formação e Socialização: os ateliês biográficos de projeto. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.32, maio-ago. 2006.

- _____. Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto. Natal: EDUFRN, São Paulo: PAULUS. 2008.
- FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, Antonio e FINGER, Mathias (org.). O método (auto)biográfico e a formação. Cadernos de Formação, nº 01, 1988.
- NÓVOA, Antonio. A formação tem de passar por aqui: as histórias de vida no Projecto Prosalus. In: NÓVOA, Antonio e FINGER, Mathias (Org.) O método (auto)biográfico e a formação. Cadernos de Formação, nº 01, 1988.
- OLINDA, Ercília Maria Braga de. Círculo Reflexivo Biográfico: Dispositivo de Pesquisa e de Formação. Anais do IV Congresso Internacional de Pesquisa (auto)Biográfica. São Paulo, 2010.
- _____. O Círculo Reflexivo Biográfico como Espaço Privilegiado para a Reflexão Sobre a Experiência Religiosa Espiritualizante. In: OLINDA, Ercília Maria Braga de. Artes do fazer: trajetórias de vida e formação. Fortaleza: Edições UFC, 2011. Col. Diálogos Intempestivos, 89.

SEMESTRE II

► PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA I: METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA (64H)

A produção científica na universidade. Exercício teórico-prático de acesso a fontes de informação e de elaboração de relatório. O uso da biblioteca e da Internet na exploração de documentação Bibliográfica e de outras fontes. Diretrizes para a interpretação de textos. Noções sobre método de pesquisa.

Bibliografia Básica:

- ANDRÉ, Marli (org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 5. ed. Campinas: Papirus, 2005.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010.
- LÜDKE, M. e ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1996.
- PIMENTA, Selma Garrido. De professores, pesquisa e didática. Campinas: Papirus, 2002.
- SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo, Cortez Editora, 2007.

Bibliografia Complementar:

- CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2006.
- FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática de pesquisa. 23. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- MÁTTAR NETO, João Augusto. Metodologia científica na era da informática. São Paulo: Saraiva, 2008.
- RODRIGUES, Auro de Jesus. Metodologia científica. São Paulo: Avercamp, 2006.

► HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DA PEDAGOGIA (64H)

História da educação comparada e perspectivas históricas, desde a antiguidade clássica até a contemporaneidade. A história das ideias pedagógicas ocidentais, com ênfase nos discursos sobre a formação dos indivíduos e dos sistemas de ensino, entre os séculos XVI e XX. Elementos de história da África e das discussões étnico-raciais na educação brasileira.

Bibliografia Básica:

CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: EUNESP, 1999.

GHIRALDELLI JR., Paulo. História da Educação. São Paulo: Cortez, 1990.

MANACORDA, Mário Alighiero. História da Educação da antiguidade aos nossos dias. 2. ed., São Paulo, Ed. Cortez, 1989.

BRASIL, Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: SECAD; SEPPPIR, jun. 2009.

Bibliografia Complementar:

ABBAGNANO, M. e VISALBERGHI. A História da Pedagogia. Ed. Horizonte Pedagógico, Lisboa, 1981.

GAL, Roger. História da Educação. São Paulo: Ed. Difusão Européia do Livro, 1984.

LARROYO, Francisco. História Geral da Pedagogia. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1988.

ROMANALLI, Otaiza de Oliveira. História da Educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

WEREBE, Maria José Garcia. 30 anos Depois: Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil. São Paulo: Ática, 1994.

► PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I – DESENV. E APRENDIZ. NA INFÂNCIA (64H)

Processos de subjetivação na Infância. Principais características da cognição humana. Bases epistemológicas de teorias da gênese e do desenvolvimento da cognição. A dimensão desejante. (psicodinâmica) do ser humano.

Bibliografia Básica:

BOSSA, N. A (Org) Avaliação Psicopedagógica da Criança de Zero a seis anos. Petrópolis, Vozes, 1994.

COOL, C. et al. Psicologia da Educação. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996. Vol. I.

DROUET, R.C. da R. Distúrbios da Aprendizagem, Ática, São Paulo, 1994.

PATTO, M.H.S. – A Produção do Fracasso Escolar. São Paulo, Queiroz Editor, 1991.

VIGOTSKII, L.S. et al. Linguagem, desenvolvimento e Aprendizagem. São Paulo, Icone Editora, 1989.

Bibliografia Complementar:

ALENCAR, E.S. de, (Org.) Novas Contribuições da Psicologia aos Processos de Ensino e Aprendizagem, Cortez, São Paulo, 1992.

ALMEIDA, L.S. Cognição e Aprendizagem Escolar. Porto, Appolus, 1991.

- CAMPOS, D.M. de S., Psicologia da Aprendizagem. 24. ed. Vozes, Petrópolis, 1995.
- DRYDEN, G. et al. Revolucionando a Aprendizagem, São Paulo, Macron, 1996.
- EYSENCK, M.W. & KEANE, M. T. Psicologias Cognitivas. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1994.
- FARIA, W. Aprendizagem e Planejamento do Ensino. São Paulo, Ática, 1989.
- MORGAN, C.T. Introdução à Psicologia. São Paulo, Mc Graw-Hill do Brasil, 1977.

► **ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (64H)**

Noções básicas de legislação educacional. Educação e sistemas educativos. Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos contextos sócio-político, econômico e cultural brasileiros e cearenses. A legislação da educação básica: estrutura, gestão e processo ensino-aprendizagem.

Bibliografia Básica:

- ALVES, Nilda e VILLARDI, Raquel. Múltiplas Leituras da Nova LDB. São Paulo: Ed. Dunya, 1998.
- DEMO, Pedro. A Nova LDB: Ranços e Avanços. São Paulo: Papirus, 1997.
- MENEZES, João Gualberto de C. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica. São Paulo: Pioneira, 1998.
- SAVIANI, Dermeval. Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por uma outra Política Educacional. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998.

Bibliografia Complementar:

- ARROYO, Miguel et al. Da Escola Carente à Escola Possível. São Paulo, Loyola, 1991.
- CARNEIRO, Moacir Alves. LDB Fácil: Leitura Crítica. Petrópolis. Rio de Janeiro: Ed.Vozes, 1998.
- FREITAS, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo, EDART, 1978.
- GADOTTI, Moacir. Organização do Trabalho na Escola: Alguns Pressupostos. São Paulo, Ática, 1993.
- RAMA, Leslie Maria José da Silva. Legislação do Ensino: Uma Introdução ao estudo. São Paulo: EPU, 1987.
- SOUZA, Paulo Natanael Pereira de. LDB e Ensino Superior (Estrutura e Funcionamento). São Paulo: Pioneira.

► **EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E DA INFORMAÇÃO (64H)**

Tecnologias para a educação. Conceitos e práticas de colaboração e cooperação. Virtual x real. Conhecimento x informação. As redes e as comunidades virtuais. Mapas conceituais. Páginas para web. A informatização da sociedade; definição, campo, e métodos da informática educativa; Tendências atuais da informática educativa; Diferentes usos do computador na educação: tipos de software educativo. A informática na educação básica. Introdução ao uso do computador como ferramenta no ensino de áreas específicas de conhecimento.

Bibliografia Básica:

- CARRAHER, D.W. (1992). A aprendizagem de conceitos com o auxílio do Computador. Em M.E Alencar (Org). *Novas Contribuições da Psicologia aos Processos de Ensino-Aprendizagem*. São Paulo: Cortez Editora.
- MORAES, M.C. (1997). Informática educativa no Brasil: uma história vivida, algumas lições aprendidas. In: *Revista Brasileira de Informática na Educação*, No. 1.
- TAJRA, S. F. *Informática na Educação*. 3.ed. São Paulo: Érica, 2001.
- VALENTE, J.A. (Org.) *Computadores e Conhecimento: repensando a educação*. Campinas, UNICAMP/NIED, 1998.

Bibliografia Complementar:

- BORGES NETO, H. (1998). Uma classificação sobre a utilização do computador pela escola. *Revista Educação em debate*.
- BRADY, P. (1992). Simulações no Computador e Leitura de Instruções. *The Computer Teacher*, outubro de 1986.
- CARRAHER, D. W., (1992). O Papel do Computador na Aprendizagem. *Acesso*, São Paulo, 3 (5): 21-30, Jan/jun, 1992.
- CHAVES, E. O., & Setzer, V. W. (1988). *O Uso de Computadores em Escolas: Fundamentos e Críticas*. São Paulo, Scipione, 1988.
- PERRENOUD, P. *Dez Novas Competências para Ensinar*. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- VALENTE, J.A. *Liberando a Mente: Computadores na Educação Especial*. Campinas, Unicamp, 1991.

► PSICOMOTRICIDADE E EDUCAÇÃO

Conceitos básicos da Psicomotricidade, cortes epistemológicos e campos de atuação. Aspectos estruturais e instrumentais do desenvolvimento infantil. Sistema psicomotor humano e suas propriedades sistêmicas. Distúrbios psicomotores (instabilidade, inibição e debilidade). Movimento, gesto e o lugar que ocupa o corpo do aprendiz e do professor. Psicomotricidade e aprendizagem. Atividades Psicomotoras na Educação Infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental.

Bibliografia básica:

- BUENO, Joacin Machado. *Psicomotricidade Teoria & Prática*. São Paulo: Lovise, 1998.
- COSTA, A. C. *Psicopedagogia & Psicomotricidade: pontos de intersecção nas dificuldades de aprendizagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- FONSECA, V. *Manual de observação psicomotora: significação psiconeurológica dos fatores psicomotores*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1995.
- YAÑES, Z.G. Aspectos estruturais e instrumentais do desenvolvimento infantil. *Escritos da Criança* nº 4. Porto Alegre: Publicação do Centro Lydia Coriat, 1996.

Bibliografia Complementar:

- LAPIERRE, A. *A educação psicomotora na escola maternal*. São Paulo. Manole. 1989.
- LAPIERRE, A; AUCOUTURIER, B. *A Simbologia do Movimento: psicomotricidade e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

LE BOUCH, J. O desenvolvimento psicomotor do nascimento até 6 anos. Porto Alegre. Artes Médicas. 1982.

MOYLES, J.R. Só Brincar? O Papel do Brincar na Educação Infantil. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2002.

PONTES, J.A; MARQUES, F. Ensino de Psicomotricidade e Educação Física. Coleção para professores das séries iniciais. Vol. 4. Fortaleza: Brasil Tropical, 2001.

SEMESTRE III

► PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II – DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM NA ADOLESCÊNCIA (64H)

Subjetivação: da infância à adolescência. Mutações recentes nas sociedades contemporâneas e seus efeitos nos processos e políticas de subjetivação da adolescência. Temas desafiadores à psicologia da adolescência. O desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social do adolescente. Fatores influenciadores (biológicos e sociais) e regulação do desenvolvimento nos períodos.

Bibliografia Básica:

ASSIS, S. G.; R. P. PESCE e J. Q. AVANCI. Resiliência: enfatizando a proteção dos Adolescentes. Porto Alegre. Artmed. 2006.

CASTRO, Lúcia Rabello de. (Org.). Infância e adolescência na cultura do consumo. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1998.

_____. Crianças e jovens na construção da cultura. Rio de Janeiro: NAU; FAPERJ, 2001.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotski: Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo, Scipione, 1995.

Bibliografia Complementar:

CIFALI, Mireille; IMBERT, Francis. Freud e a pedagogia. São Paulo: Loyola, 1999.

COLE, M. e S.R. COLE. Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. Porto Alegre. Artmed. 2004.

FLAVELL, J. H.; P.H. Miller; S. A. Milher. Desenvolvimento Cognitivo. Porto Alegre. Artmed. 1999.

FOULIN, J. N. & MOUCHON, S. Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artmed, 2000.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotski: Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo, Scipione, 1995.

PIAGET, J. Seis Estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forence, 1986.

TAVARES, J. & ALARCÃO, I. Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem. Coimbra, Livraria Almedina. 1999.

► HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E CEARENSE (64H)

Educação brasileira e cearense na colônia e no império. Tradicionalismo e modernidade na educação republicana. Movimentos renovadores na educação cearense e o papel da Escola Normal. Aspectos da história local: principais instituições, acontecimentos e personalidades.

Bibliografia Básica:

CAVALCANTE, Juraci Maia. João Hippólito de Azevedo e Sá: o espírito da reforma educacional de 1922. Fortaleza: UFC, 2000.

GHIRALDELLI JR., Paulo. História da Educação. São Paulo: Cortez, 1990.

NOGUEIRA, Raimundo Frota. A Prática pedagógica de Lourenço Filho no estado do Ceará. Fortaleza, UFC. Dissertação de mestrado, 1985.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos - História da Educação Brasileira. São Paulo: Cortez, 1978.

ROMANALLI, Otaiza de Oliveira. História da Educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

Bibliografia Complementar:

CASTELO, Plácido Aderaldo. História do ensino no Ceará. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1970, Col. Instituto do Ceará.

GAL, Roger - História da Educação. Ed. Difusão Européia do Livro, 1994.

NAGLE, Jorge (org) - Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo:DP&A, 2001.

SOUSA, Simone. História do Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995,

WEREBE, Maria José Garcia - 30 anos Depois: Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil. São Paulo: Ática.1994.

► LUDOPEDAGOGIA – ASPECTOS SOCIOCULTURAIS

O que é ludicidade. A cultura como resultante da atividade do ser humano que cria e vive a ludicidade. O brincar e o brinquedo como objetos culturais. A atividade lúdica e as experiências sócio-culturais: características sociológicas do brincar. A história do brincar e do brinquedo. A regionalidade e a universalidade do brincar e do brinquedo. As raízes do brincar e dos brinquedos brasileiros: indígena, portuguesa e africana. O brincar e o brinquedo na trajetória pessoal: um olhar sócio-histórico.

Bibliografia Básica:

BROUGÉRE, G. Brinquedo e Cultura. 6ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

HUIZANGA, J. Homo luden: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2012.

KISHIMOTO, T. M. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação. 13ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PORTO, B. Ludicidade: o que é mesmo isso? (org.) Salvador, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, PPGE, GEPEL, 2002.

Bibliografia Complementar:

AMADO, J. Universo dos brinquedos populares. Cimbra, Editora Quarteto, 2002.

BENJAMIN, W. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Duas Cidades, 2002.

BROUGÉRE, G. Jogo e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ELKOMIN, D.B. Psicologia do jogo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KISHIMOTO, T. M. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2002.

_____. Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 2011.

► PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA II: PESQUISA EDUCACIONAL (64H)

A pesquisa científica na área das ciências sociais. Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa. Tipos de pesquisa qualitativa: estudo de caso, pesquisa-ação, pesquisa (auto)biográfica, pesquisa etnográfica e pesquisa participante. A pesquisa bibliográfica e de campo.

Bibliografia Básica:

ANDRÉ, Marli Eliza. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995.

_____. A pesquisa no cotidiano escolar. In: Ivany Fazenda (org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989.

BARBIER, René. A Pesquisa-ação. Brasília: Líber Livro, 2007.

BAUER, Martin W e GASKELL, George (Org). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 4. ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRANDÃO, Carlos. Repensando a Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PINEAU, Gaston. As Histórias de vida em formação: gênese de uma corrente de pesquisa-ação In: In: Educação e Pesquisa. São Paulo, v.32, maio-ago. 2006.

Bibliografia Complementar:

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

DELORY-MOMBERGER, Cristine.. Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto. Natal: EDUFRN, São Paulo: PAULUS. 2008.

COULON, Alain. Etnometodologia e educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

DEMO, P. Pesquisa e construção de conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

ERNY, Pierre. Etnologia da Educação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. Artes do fazer: trajetórias de vida e formação. Fortaleza: Edições UFC, 2010a. Col. Diálogos Intempestivos, 89.

_____. As contribuições de Paulo Freire para uma abordagem biográfica de pesquisa e de formação. In: VASCONCELOS, José Gerardo e SANTANA, José Rogério (Orgs). O Pensamento pedagógico hoje. Fortaleza: Edições UFC, 2011. Col. Diálogos Intempestivos, 100.

NÓVOA, Antonio e FINGER, Mathias (org.) O método (auto)biográfico e a formação. Cadernos de Formação, nº 01, 1988.

► LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (64H)

Uso do espaço. Classificadores. Verbos. Uso de expressões faciais gramaticais. Frases declarativas, afirmativas, negativas, interrogativas e exclamativas. Diálogos em língua de sinais.

Bibliografia Básica:

PIMENTA, N. e QUADROS, Ronice M. de Curso de LIBRAS. Nível Básico I. 2006. QUADROS, R. M. (org.) Série Estudos Surdos. Volume 1. Editora Arara Azul. 2006.

RAMOS, Clélia. LIBRAS: A língua de sinais dos surdos brasileiros. Editora Arara Azul. 2008.

SOUZA, R. Educação de Surdos e Língua de Sinais. Vol. 7, Nº 2, 2006.

Bibliografia Complementar:

CAPOVILLA, Fernando César, RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe: LIBRAS. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001.

MOURA, Maria Cecília de. O Surdo: Caminhos para uma nova identidade. São Paulo: Revinter, 2000.

SACKS, Oliver. Vendo Vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. São Paulo: Artmed, 2004.

► EDUCAÇÃO AMBIENTAL (64H)

Fundamentos históricos, filosóficos e conceituais da educação ambiental. A agenda XXI e a carta da terra. Educação ambiental e sua contextualização (urbana e rural). Os novos paradigmas educativos e a dimensão ambiental. A dialogicidade e a práxis em educação ambiental.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, I. C. M. A invenção ecológica: sentidos e trajetórias da educação ambiental no Brasil. 2. ed. Porto Alegre, RS: Editora da FURG, 2002.

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental: No consenso um embate? Campinas, SP: Papirus, 2000.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo, SP: Cortez, 2004.

TRISTÃO, Martha. Espaços/tempos de formação em educação ambiental. In: GUERRA, Antonio F. S. & TAGLIEBER, José E. (Orgs.). Educação Ambiental: fundamentos, práticas e desafios. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

Bibliografia Complementar:

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. 1ª. ed. Buenos Aires,: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

FIGUEIREDO, João B. A. Educação Ambiental Dialógica e Representações Sociais da Água em Cultura Sertaneja Nordestina: uma contribuição à consciência ambiental em Irauçuba-CE (Brasil). 2003. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas/Ecologia/ Educação Ambiental) – Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos, SP, 2003.

GUIMARÃES, Mauro. A dimensão ambiental na educação. Campinas, SP: Papirus, 1995.

LANDER, Edgardo. (Org.). Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, Edgardo. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.

1ª. ed. Buenos Aires,: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

SEMESTRE IV

► EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (64H)

A criança, o cotidiano, a Matemática e o professor. Documentos curriculares: Educação Matemática na Educação Infantil. Esquemas mentais básicos e a aprendizagem matemática na Educação Infantil. O desenvolvimento de noções matemáticas na Educação Infantil. As

linguagens da criança – Arte, brincadeiras, brinquedos e jogos – e a aprendizagem matemática.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Conhecimento de mundo. Brasília: MEC/SEF, 1998. (372 B83r)
 CERQUETTI-ABERKANE, Françoise; BERDONNEAU, Catherine. O Ensino da Matemática na educação infantil. Tradução Eunice Gruman. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. (372.7 C397e)
 LORENZATO, Sergio. Educação infantil e percepção Matemática. Campinas: Editores Associados, 2006. (372.7 L867e)

Bibliografia Complementar:

DUHALDE, María Elena; CUBERES, María Tereza González. Encontros iniciais com a Matemática: contribuições à educação infantil. Tradução Maria Cristina Fontana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. (372.7 D913e)
 KAMII, Constance; DEVRIES, Rheta. Jogos em grupo na Educação infantil: implicações da teoria de Piaget. Tradução Marina Célia Dias Carrasqueira. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991. (371.397 K23j)
 _____. Piaget para a Educação pré-escolar. Tradução Maria Alice Bade Danesi. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. (372.21 K23p)
 PANIZZA, Mabel. Ensinar Matemática na educação infantil e nas séries iniciais: análises e propostas. Tradução Antonio Feltrin. Porto Alegre: ArtMed, 2006. (372.7 E52)
 SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez; CANDIDO, Patricia. Brincadeiras infantis nas aulas de Matemática. Porto Alegre: ARTMED, 2003. (372.7 B869) (510 S645b)

► DIDÁTICA (96H)

Sociedade e Educação Escolar. Trabalho docente: natureza, desafios e possibilidades. Didática: aspectos históricos e contribuição para o trabalho docente. Paradigmas epistemológicos. Teorias de aprendizagem e concepções de ensino. Relação professor-conhecimento-estudante. Desafios escolares contemporâneos. Projeto Pedagógico e Currículo. Prática docente: planejamento, implementação e avaliação. Plano de ensino: tipos e elementos.

Bibliografia Básica:

CANDAUI, V. M. (Org.). A Didática em questão. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
 LIBÂNEO, J. C. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
 VEIGA, I. P. A. (Coord.) Repensando a Didática. 29. ed. Campinas: Papirus, 2012.

Bibliografia Complementar:

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
 MACHADO, N. J. Epistemologia e Didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, M. R. N. S. A Reconstrução da Didática: elementos teórico-metodológicos. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1993.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ZABALA, A. A Prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

► ARTE E EDUCAÇÃO I (64H)

As linguagens artísticas e sua imersão no processo de formação humana. História da arte e da arte educação no mundo e no Brasil. Vivências e reflexões sobre o musical, o poético, o teatral e o plástico-pictórico na formação do educador.

Bibliografia Básica

BARBOSA, A. M. Arte-educação no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. Arte-educação: conflitos/acertos. São Paulo: Max Limonad, 1984.

_____. (org). Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte. 5ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Arte / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

DUARTE JR., J. F. Porque arte educação. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1988.

_____. Fundamentos Estéticos da Educação. 2.ed, Campinas, SP: Papyrus, 1988.

SCHAFER, M. O ouvido pensante. São Paulo: Unesp, 1991.

Bibliografia Complementar:

BARBOSA, Ana Mae. John Dewey e o ensino da arte no brasil. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. A Imagem no Ensino da Arte. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BUORO, Anamélia Bueno. Olhos que pintam: a leitura da imagem e o ensino da arte. São Paulo Educ./ Fapesp / Cortez, 2002.

HERNANDEZ, F. Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2000.

IABELBERG, Rosa. O desenho cultivado da criança: prática e formação de educadores. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2008.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: Imitação, jogo e sonho imagem e representação. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1996.

SALOMÉ. Educação, arte e formação humana: reflexões sobre a educação estética na escola.

Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/5/artigo_simposio_5_861_joselia.salome@utp.br.pdf

SPOLIN, V. Jogos Teatrais: O Fichário de Viola Spolin. São Paulo: Perspectiva, 2001.

► EDUCAÇÃO INFANTIL (96H)

Infância e educação: concepções, políticas e práticas. Educação Infantil no contexto contemporâneo: características e legislação. A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais.

Bibliografia Básica:

- ZABALZA, Miguel A. Os dez aspectos-chave de uma educação infantil de qualidade. In: ZABALZA, Miguel A. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- BARBOSA, M. Carmem Silveira e HORN, M. da Graça Souza. Projetos pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008 (p.p. 53-70).
- BRASIL, MEC/SEF/COEDI. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, v. 1, 1998 (p. 17-37).
- HOFFMANN, Jussara Maria L. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 1996.

Bibliografia Complementar:

- ANGOTTI, Maristela. O trabalho docente na pré-escola: revisitando teorias, descortinando práticas. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- BARBOSA, Maria C. Silveira e HORN, Maria da G. Souza. Organização do espaço e do tempo na educação infantil. In: CRAIDY, Carmem & KAERCHER, Gládis (Orgs.). Educação infantil: pra que te quero?. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- BONOMI, Adriano. O relacionamento entre educadores e pais. In: BONDIOLI A.e MANTOVANI, S. Manual de Educação Infantil de 0 a 3 anos. Porto Alegre, Artmed, 1998.
- BRASIL, MEC/Secretaria de Educação Fundamental/Coordenação Geral de Educação Infantil. Propostas pedagógicas e currículo em Educação Infantil: questões conceituais. In: _____. Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil. Brasília, 1996.
- OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento na educação infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda. (Org.). Encontros e encantamentos na educação infantil. São Paulo: Papirus, 2000.

► ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO (64H)

Conceitos de letramento e de alfabetização. Relações entre letramento e alfabetização. Letramento na sociedade, nas instituições educativas escolares e não-escolares. Importância da leitura e da escrita de gêneros textuais diversos e do uso de portadores sociais de texto. Apropriação do sistema de escrita alfabética. Princípios didático-metodológicos para a alfabetização e para o letramento.

Bibliografia Básica:

- BARBOSA, José Juvêncio. Alfabetização e Leitura. São Paulo: Editora Cortez, 1990.
- FRAGO, Antonio Viñao. Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre alfabetização. 4. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
- KATO, Mary. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Editora Ática, 1989.

Bibliografia Complementar:

- KLEIMAN, Angela B. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 2000.
- LUFT, Celso Pedro. Língua e Liberdade: por uma nova concepção da língua materna e seu ensino. Porto Alegre: L & PM, 1985.

NEVES, Maria Helena de M. Gramática na Escola. São Paulo: Contexto, 1990.

RAAAB (Rede de apoio à ação alfabetizadora). Alfabetização e Cidadania. Revista de Educação de jovens e adultos. São Paulo, 2000.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão et al. Metodologia da alfabetização: pesquisas em educação de jovens e adultos. São Paulo: Papirus, 1992.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SEMESTRE V

► PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA III – EDUCAÇÃO INFANTIL (48H)

Especificidades do trabalho docente na Educação Infantil. Conhecimento e análise crítica de diferentes contextos institucionais de cuidado e de educação de crianças pequenas. Preparação para o TCC.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, M. Carmem Silveira e HORN, M. da Graça Souza. Projetos pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CERISARA, Ana Beatriz. Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? In: Perspectiva. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

CRUZ, Silvia H. V. Educação Infantil: expansão e organização curricular. In: Seminário sobre a Educação Básica no Brasil. ANPED/UNB. Brasília, 2006.

HOFFMANN, Jussara Maria L. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 1996.

Bibliografia Complementar:

KISHIMOTO, Tizuko M. O jogo e a Educação Infantil. In: ____ (org.) Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 2003.

FAZENDA, Ivani (Org). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989.

____. (Org) A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. Campinas: Papirus, 1995.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

MANTOVANI, S. Manual de Educação Infantil de 0 a 3 anos. Porto Alegre, Artmed, 1998.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Julia e FORMOSINHO, João (Orgs). Associação Criança: um contexto de formação em contexto. Braga: Coleção Minho Universitária, 2001.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento na educação infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda. (Org.). Encontros e encantamentos na educação infantil. São Paulo: Papirus, 2000.

ZABALZA, Miguel. Os dez aspectos-chave de uma Educação Infantil de qualidade. In:

____. Qualidade em Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.

► EDUCAÇÃO ESPECIAL (64H)

Educação especial no contexto da sociedade e da escola pública brasileiras. Políticas e desafios atuais. Características do aluno com deficiência sensorial, mental, motora e/ou

outras dificuldades no desenvolvimento. Singularidades dos processos de desenvolvimento e de aprendizagem e suas implicações educacionais.

Bibliografia Básica:

- BAPTISTE, Rafael (org.). Necessidades Educativas Especiais. Lisboa, Ediciones Aljibe, 1993.
- COLL, Cesar Et Al. Desenvolvimento psicológico da criança: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- LEITÃO, Vanda M. Ensaio sócio-histórico da educação de pessoas portadoras de necessidades especiais: Uma trajetória de luta de segregação à integração.
- MANTOAN, M. T. E. (org.) A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

Bibliografia Complementar:

- BRASIL. MEC. Tendências e desafios da educação especial. Brasília: SEESP, 1994.
- CEARÁ. Leis Básicas da Educação. Secretaria de Educação Básica, 1997.
- FONSECA, V. Educação especial. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- SILVEIRA BUENO, J. G. Educação especial brasileira: integração/segregação. São Paulo: EDUC, 1993.
- OMOTE, S. Deficiência e não-deficiência: recortes de um mesmo tecido. In: Rev. Bras. De Educ. Especial. Piracicaba: UNIMEP, v.1, n.2, 1994, p. 65-73.

► ESTÁGIO I: EDUCAÇÃO INFANTIL (160H)

Observação, planejamento, execução, registro e avaliação de atividades pedagógicas em contextos institucionais de cuidado e de educação de crianças pequenas. Elaboração de propostas pedagógicas para Educação Infantil.

Bibliografia Básica:

- BRERING, Adriana de Souza. Histórias de Estágio: O encontro entre a creche e a universidade. [CD-ROM]. In: 1º. Congresso Internacional em Estudos da Criança: Infâncias Possíveis, Mundos Reais, Braga/Portugal, 2008.
- FREIRE, Madalena. A paixão de conhecer o mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (p.p.53 a 123).
- GANDINI, L.; EDWARDS, C.; FORMAN, G. As Cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda., 1999.
- BARBOSA, M. Carmem Silveira e HORN, M. da Graça Souza. Projetos pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Bibliografia Complementar:

- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília, 1998.
- ____. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília, 2006.
- ____. Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil. Brasília, 2006.
- DEVRIES, Rheta, ZAN, Betty, HILDEBRANDT, Carolyn, et alli. (Orgs.). O currículo construtivista na Educação Infantil: práticas e atividades. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- HOFFMANN, Jussara & SILVA, M. Beatriz G. Ação educativa na creche. Porto Alegre: Mediação, 1995 (Cadernos Educação Infantil, v.1).

ZABALZA, Miguel. Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004 (Capítulo 1).

► ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA (96H)

A linguagem oral e escrita e o processo de comunicação humana; linguagem e classe social. A aquisição e o desenvolvimento da língua materna. O processo de aprendizagem da linguagem oral e da escrita; a fala e a escrita como forma de expressão crítica e criadora. Estágios de desenvolvimento da linguagem oral e escrita: tipos de produção, funções e atividades. O processo de alfabetização: abordagens teóricas e métodos. Tipos de leitura e seus objetivos. Ideologia subjacente aos textos escolares. O ensino da gramática na escola de Ensino Fundamental. Currículo e Avaliação no Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Irandé. Aula de Português: encontros e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
CHARTIER, ANNE-Marie; CLESSE, Christiane & HÉBRARD, Jean. Ler e Escrever: entrando no mundo da escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
DIAS, Ana Iorio. Ensino da Linguagem no Currículo. Coleção para professores nas séries iniciais – vol. 5. Fortaleza: Ed. Brasil Tropical, 2001.
FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Ma. Lúcia C.V.^o & AQUINO, Zilda G.O. Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna. São Paulo: Cortez, 1999.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Nukácia; ZAVAM, Áurea (Org). A língua na sala de aula: questões práticas para um ensino produtivo. Fortaleza: Perfil Cidadão, 2004.
BARONE, Leda M. C. Ler o desejo ao desejo de ler. Petrópolis: Vozes, 1993.
BIASI-RODRIGUES, Bernardete. A diversidade de gêneros textuais e ensino: um novo modismo? IN: PERSPECTIVA. Rev. do Centro de Ciências da Educação: Repensando a Língua Portuguesa e seu ensino. Florianópolis: Ed. da UFSC; volume 20, nº 1 – jan/jun de 2002.
BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal. Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
CHIAPPINI, Lúcia. Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção Aprender e Ensinar com Textos – vol. 5).
MORAIS, Artur Gomes de. Ortografia: ensinar e aprender. São Paulo: Ática, 1998.

SEMESTRE VI

► ENSINO DA GEOGRAFIA E DA HISTÓRIA (96H)

O desenvolvimento das noções de espaço e de tempo na criança; aspectos da geografia física: clima, vegetação, relevo e hidrografia; meio ambiente e relações sociais; localização, orientação e representação espacial; a quantificação do tempo; ordenação e duração temporal; simultaneidade; local; aspectos de geografia e de história do Brasil; regional e

local. O ensino da geografia e da história nas escolas; relações topológicas, projetivas e euclidianas. Os movimentos da terra; os pontos cardeais e os colaterais; o calendário; as linhas do tempo; relações sociais e ecologia nas escolas; o lugar onde a criança vive; o trabalho de campo: aulas, visitas e excursões; a arte e o ensino da geografia e da história.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Aracy do Rego et al. Como se Constroem as Relações Espaciais. Revista do Professor. Janeiro/março, Porto Alegre: Editora CPOEC, 1987.

BORGES, Vavy Pacheco. O que é História. Coleção Primeiros Passos nº 17. São Paulo: Brasiliense, 1980.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. A Noção de Tempo em Estudos Sociais. Revista Educação e Sociedade nº 39. São Paulo: Papirus/CEDES, 1981.

VESENTINI, José Wiliam. Por uma Geografia na Escola. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

Bibliografia Complementar:

BARROSO, José Parcifal. Uma História Política do Ceará, 1889 – 1954. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984.

LAJOLA, Marisa. O Livro Didático: Velho Tema Revisado. Em Aberto, Brasília, 1988.

GEOGRAFIA. Série Formação de Professor. São Paulo: Cortez, , 1991.

MOREIRA, Rui. O que é Geografia. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SOIHET, Rachel et al. Introduzindo a Noção de Tempo. Revista do Professor. Julho/setembro de 1987.

ZARBONI, Ernesta. Desenvolvimento das Noções de Espaço e Tempo na Criança. Caderno do CEDES, volume 10, São Paulo.

► EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (96 H/A)

Educação Matemática: histórico e contribuições. Documentos curriculares: Educação Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Número natural: conceito, representações e sistemas de contagem. Número natural: operações fundamentais. Álgebra: variação, equivalência e proporcionalidade. Geometria: espaço e formas. Grandezas e medidas: cotidiano e comparação. Número racional: conceito, representações (decimal, fracionária e percentual) e operações. Estatística e Probabilidade: tratamento de dados e incerteza.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Brasília: MEC/SEF, 1997. (372.19 B83)

KAMII, Constance. A Criança e o número. Tradução Regina A. de Assis. 11. ed. Campinas: Papirus, 1990. (372.72 K23c)

PARRA, Cecília; SAIZ, Irma (Orgs.). Didática da Matemática: reflexões psicopedagógicas. Tradução Juan Acuña Llorens. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. (370.15 D551)

Bibliografia Complementar:

CARRAHER, Terezinha Nunes; CARRAHER, David; SCHLIEMANN, Analúcia. Na Vida dez, na escola zero. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1990. (370.156 C299n)

KAMII, Constance; DECLARK, Georgia. Reinventando a aritmética: implicações da teoria de Piaget. Tradução Elenisa Curt, Marina Célia M. Dias, Maria do Carmo D. Mendonça. 12. ed. Campinas: Papirus, 1996. (372.72 K23r)

PAIS, Luiz Carlos. Didática da Matemática: uma análise da influência francesa. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (370.15651 P165d)

NUNES, Terezinha et al. Educação Matemática 1: números e operações numéricas. São Paulo: Cortez, 2005. (370.156 E26)

PONTE, João Pedro da; BROCARD, Joana; OLIVEIRA, Hélio. Investigações Matemáticas na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (510.7 P857i)

► ARTE E EDUCAÇÃO II (64H)

As linguagens artísticas e seu ensino nas relações com a mediação do professor e o desenvolvimento da linguagem e do pensamento em estudantes da educação infantil e nas series iniciais do ensino Fundamental, oficinas de arte e o trabalho pedagógico por projetos e avaliação em arte.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Arte / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

DUARTE JR., J. F. Porque arte educação. Campinas, SP: Papirus Editora, 1988.

_____. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 1993.

IABELBERG, R. Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores. Porto Alegre. Artmed, 2003.

FERRAZ, M.H.C.de & FUSARI, M.F.de R. Metodologia do Ensino de Arte. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 1993.

LOWENFELD, V. A criança e sua arte. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

LUQUET, G. H. Arte Infantil. Lisboa: Companhia Editora do Minho, 1969.

MÁRSICO, L. O. A criança e a música. Porto Alegre: Globo, 1982.

PILLAR, A. D. Desenho e construção de conhecimento na criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Bibliografia Complementar:

BRITO, Teca Alencar de. Música na Educação Infantil Proposta para a formação integral da criança. Editora Petrópolis. São Paulo, 2ª Edição, 2003.

DERDYK, E. Formas de pensar o desenho - Desenvolvimento do grafismo infantil. São Paulo: Scipione, 1989.

DRUMOND, Elvira Glória. Música e Literatura na Escola – cantigas e poesias. São Paulo, Ricordi, 1988.

EDWARDS, B. Desenhando com o lado direito do cérebro. 14 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1984.

GOLDBERG, YUNES E FREITAS O desenho infantil na ótica do desenvolvimento humano. Psicologia em Estudo, Maringá, v.10, n.1, p.97-106, jan./abr. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237594929_O_desenho_infantil_na_otica_da_ecologia_d_o_desenvolvimento_humano

LINHARES, Â. M. B. O tortuoso e doce caminho da sensibilidade. Ijuí: Editora Unijuí, 1999.

PORCHER, Louis. Educação Artística: luxo ou necessidade? Trad. Yan Michalski. São Paulo: Summus, 1982.

► EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (64H)

Elementos históricos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Legislação e programas da EJA. As orientações curriculares da EJA e a prática efetivamente vivenciada na escola. Fundamentos teóricos, concepções e práticas. Experiências do município.

Bibliografia Básica:

MEC/SEF. Educação para jovens e adultos: ensino fundamental. Proposta curricular - 1º segmento/coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro; — São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

GADOTTI, M. Educação de Jovens e Adultos: correntes e tendências. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J.E. (orgs.). Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2000.

KLEIMAN, Ângela B. (org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. 9ª reimpressão. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão; JÓIA, Orlando. Metodologia da alfabetização: pesquisas em educação de jovens e adultos. Campinas/SP: Papyrus, 1992.

Bibliografia Complementar:

MEC/SEF. Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série: introdução/ Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

FREIRE, P. A educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: UNESCO, 1996.

PARECER CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, 2000.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Ed. Loyola, 1987.

SEMESTRE VII

► PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA IV: ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (48H)

Problemas e desafios da prática pedagógica. Inovações no ensino fundamental. O Plano Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de 9 anos. Preparação para o TCC.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações Gerais. Brasília. Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf>.

VEIGA, Ilma P. Organização didática da aula: um projeto colaborativo de ação imediata. In: VEIGA, Ilma (org). Aula: dimensões, princípios e praticas. Campinas, SP: Papirus, 2008.

_____, Ilma P. As Dimensões do Processo Didático. In: ROMANOWSKI, J. P. et AL (orgs.) Conhecimento Local e Conhecimento Universal: pesquisa, Didática e Ação Docente. Curitiba: Champagnat, 2004.

FAZENDA, Ivani (Org). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. (Org) A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. Campinas: Papirus, 1995.

Bibliografia Complementar:

DAMASCENO, Maria Nobre e Celecina Veras (Orgs.). O caminho se faz ao caminhar: elementos teóricos e práticas na pesquisa qualitativa. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

TRIVIÑOS, A.N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. 14. reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

► ENSINO DE CIÊNCIAS (96H)

Aprender ciências da natureza/do ambiente como um direito. O diálogo como atributo estruturante de aulas para crianças. As características próprias do ensino de ciências da natureza/do ambiente para as crianças da educação infantil. A organização dos tempos e dos espaços para as abordagens educativas, em classes de educação infantil. O uso de jogos e de brincadeiras, de literatura infantil, de música e de poesias. O uso de atividades vivenciais. O conhecimento físico na educação infantil. O que podemos ensinar em ciências da natureza/do ambiente para crianças, nos anos iniciais do ensino fundamental. O uso dos livros didáticos no ensino fundamental. O uso de livros paradidáticos, de literatura infantil ou infanto-juvenil. Atividades experimentais e aulas de campo. O uso das tecnologias da informação.

Bibliografia Básica:

BARALHOS LÓGICOS. Revista de Ensino de Ciências. São Paulo: FUNBEC, nº 12, março/1985.

CANIATO, Rodolpho. Com ciência na educação: ideário e prática de uma alternativa brasileira para o ensino da ciência. Campinas: Papirus, 1987.

PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho de Almeida. Quando a troca se estabelece (A relação dialógica). In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib (org.). Ousadia no diálogo: Interdisciplinaridade na escola pública. São Paulo: Loyola, 1993.

OLIVEIRA, Daisy Lara de (Org.). Ciências na sala de aula. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Bibliografia Complementar:

OLIVEIRA, Nyelda Rocha de; WYKROTA, Jordelina Lage Martins & TOMAZ, Simone de Pádua. Ciências: descobrindo o ambiente. Belo Horizonte: Formato, 5 volumes, 2006.

RIOS, Rosana. Jacaré-de-papo-amarelo. São Paulo: Scipione, 1992.

GEISE, Lena; ENRICI, Maria Carlota & TORRES, Silvia. Pequenos moradores das árvores. Ciência Hoje das Crianças. Rio de Janeiro, ano 13, nº 108, novembro/2000.

RIBEIRO, Marcos. Mamãe, com eu nasci? Educação sexual para crianças. Rio de Janeiro: Salamandra, 1990.

JOGOS PARA DESENVOLVER O RACIOCÍNIO. Nova Escola. São Paulo: Abril, outubro/1992.

JOGOS DE CLASSIFICAÇÃO. Revista de Ensino de Ciências. São Paulo: FUNBEC, nº 13, junho/1985.

ROCHA, Ana Cláudia. Grupo 3 – Crianças de 5/6 anos. In: CAVALCANTI, Zélia (coord.). Trabalhando com história e ciências na pré-escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

VIEIRA, Gilson Gomes. O giro das estações. In: Ciência Hoje das crianças. Rio de Janeiro: SBPC, nº 103, junho/2000, p. 20-23.

► **ESTÁGIO II: ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (144H)**

Diagnóstico da escola como campo de estágio. Gestão da sala de aula: planejamento, execução e avaliação de um plano de estágio voltado para um fazer inovador e que colabore com a solução dos problemas detectados.

Bibliografia Básica:

OLINDA, Ercília Maria Braga de e FERNANDES, Dorgival Gonçalves (orgs). Práticas e aprendizagens docentes. Fortaleza: Edições UFC, 2007. Col. Diálogos Intempestivos, 42.

PIAGET, J. Seis estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. PIMENTA, Selma Garrido. O Estágio na Formação de Professores. Unidade teoria e Prática. São Paulo.1994.

PIMENTA, Selma Garrido e GHEDIN, Evandro (orgs.). Professor Reflexivo o no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

SHÖN, Donald. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Bibliografia Complementar

BRASIL. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei No. 9.394/96. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997.

AIMARD, Paule. A Linguagem da criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

ALLIENDE, F. & CONDEMARÍN, M. Leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

KATO, M. O aprendizado da leitura. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

MEC/SEF. Parâmetros Curriculares em Ação. Brasília, 2000.

MONTEIRO, C. P. e OLIVEIRA, M. H. C. de. Metodologia da Linguagem. São Paulo: Editora Saraiva, 1981.

► **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (64H)**

Direitos Humanos, democratização da sociedade, cultura de paz e cidadanias. O nascituro, a criança e o adolescente como sujeitos de direito: perspectiva histórica e legal. O ECA e a rede de proteção integral. Educação em direitos humanos na escola: princípios

orientadores e metodologias. O direito à educação como direito humano potencializador de outros direitos. Movimentos, instituições e redes em defesa do direito à educação. Igualdade e diversidade: direitos sexuais, diversidade religiosa e diversidade étnica. Os direitos humanos de crianças e de adolescentes nos meios de comunicação e nas mídias digitais.

Bibliografia Básica:

BRASIL/SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90). Brasília, 2008.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS/ SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC/MJ/UNESCO, 2009.

RAYO, José Tuvilla. Educação em Direitos humanos: rumo a uma perspectiva global. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANDERSON, Cristiane. Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia. São Paulo: M Books do Brasil, 2008.

SILVEIRA, Rosa Maria Godot et al. Educação em Direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

Bibliografia Complementar:

JARES, Xesús R. Educação para a paz: sua teoria e sua prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

_____. Educar para a verdade e para a esperança em tempos de globalização, guerra preventiva e terrorismos. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LAMA, Dalai. Uma ética para o novo milênio. 9. ed. Rio de Janeiro: sextante, 2000.

NOLETO, M. Jovchelovitch. Abrindo espaços: educação e cultura para a paz. Brasília: UNESCO, 2004.

SERRANO, Glória Pérez. Educação em valores: como educar para a democracia. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SEMESTRE VIII**► PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA V: TCC (96H)**

Desenvolvimento, escrita e apresentação do trabalho de conclusão do Curso de acordo com regulamentação específica elaborada pela Comissão Interna de TCC (CITCC) da FACED/UFC.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, Maria Malta. Para que serve a pesquisa em educação? In Cadernos de Pesquisa, vol. 39 no. 136, São Paulo, jan./abr. 2009.

FAZENDA, I. (Org.) Metodologia da pesquisa educacional. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2008.

Bibliografia Complementar:

- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. 12.reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
- SALOMON, Dêlcio Vieira. Como fazer uma monografia. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

► POLÍTICA EDUCACIONAL E GESTÃO ESCOLAR (64H)

O Estado e suas formas de intervenção social. Políticas públicas no Estado capitalista. Política educacional como política social. Eixos definidores e relações de poder nas políticas educacionais contemporâneas no Brasil. Currículo nacional e avaliação. Centralização, descentralização e participação social. O financiamento da educação brasileira: recursos, fontes e formas de operacionalização. Gestão escolar e qualidade na escola. Projeto Pedagógico da escola.

Bibliografia Básica:

- MARTINS, Clélia. Política educacional e relações de poder. In: O que é política educacional. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PEREIRA, Potiara Amazoneida Pereira. Estado, regulação social e controle democrático. In: BRAVO, M. I. S, PEREIRA, P. A. P. Política social e democracia. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- SHIROMA, E. O, MORAES, M. C. M, EVANGELISTA, O. Política educacional. São Paulo: DP&A, 2000.

Bibliografia Complementar:

- CANDAU, V. M. Reformas educacionais hoje na América Latina. In: MOREIRA, A. F. B. Currículo: políticas e práticas. Campinas, São Paulo: Papirus: 2000.
- DAVIES, Nicholas. FUNDEB: a redenção da educação básica? Campinas/SP: Autores Associados, 2008.
- DOWBOR, L. A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, Cap.13, pp. 353-367.
- PARO, Vitor Henrique. Por dentro da Escola Pública. São Paulo. Xamã, 1995.
- PINTO, J. M. R. O financiamento da educação no Brasil. In: Os recursos para a educação no Brasil no contexto das finanças públicas. Brasília, DF: Editora Plano, 2000.
- SAVIANNI, Dermeval. A Nova Lei da Educação/LDB: trajetória e perspectivas. Autores Associados. 1998.

► ESTÁGIO III: ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (96H)

Conhecimento da realidade educativa escolar relativa à EJA: formação dos professores; condições físicas e estruturais da escola. Metodologias de ensino e livro didático. Gestão da sala de aula: planejamento, desenvolvimento e avaliação de um projeto de intervenção.

Bibliografia Básica:

- PAIVA, V. P. (org). Educação Popular e Educação de Adultos. S. P. Ed. Loyola, 1973.
- BARRETO, J. C. Educação de Adultos na ótica freireana. S. P.: Vereda, 1992.
- GARCIA, J. E. Educação de Adultos: Necessidades e política - agenda para um debate. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. R. J.: INEP, nº 159, 1987.

Bibliografia Complementar:

- ANDRÉ, Marli Eliza. Etnografia da prática escolar. Campinas-SP: Papirus 1995.
- ANDRÉ, Marli Eliza e LÜDKE Menga. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU 1986.
- COSTA, Beatriz. Para analisar uma prática de educação popular, In: Cadernos de Educação Popular. Número 1, Rio de Janeiro, 1981
- LEHER, Roberto. Educação Popular como estratégia política. In: Educação e Movimentos sociais: novos olhares. Campinas SP. Editora Alínea, 2007
- MEC/SEF. Parâmetros Curriculares para Educação de Jovens e de Adultos. Brasília 1999.

► DIALOGICIDADE E FORMAÇÃO HUMANA EM PAULO FREIRE (64H)

Vida e obra de Paulo Freire. Fundamentos filosóficos e antropológicos. A teoria da dialogicidade. A Pedagogia da Esperança e os direitos humanos. Concepções epistemológicas e educacionais. Saberes necessários ao fazer docente. Práxis fundamentadas na pedagogia freireana em ambientes escolares e não-escolares.

Bibliografia Básica:

- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 13.ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983.
- _____. A Importância do Ato de Ler. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1986.
- _____. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).
- _____. Pedagogia dos sonhos possíveis. Ana M. A. Freire (Org.). São Paulo: UNESP, 2001.
- _____. & SHOR, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Bibliografia Complementar:

- APPLE, M.W & NÓVOA, A. (org.) Paulo Freire: política e pedagogia. Porto: Porto Editora, 1988.
- FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- _____. Educação como prática de liberdade. 24.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1992.
- _____. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1992.
- _____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1997.
- YUS, Rafael. Educação integral: uma educação holística para o século XXI. Porto Alegre: Artmed, 2002.

► EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS (64H)

A sociedade brasileira e a emergência e desenvolvimento dos movimentos sociais; história das lutas dos trabalhadores no Brasil e no Ceará: movimento sindical; organização popular através dos partidos políticos e das associações de moradores. A contribuição dos movimentos populares na elaboração do saber como instrumento de poder.

Bibliografia Básica:

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais, políticas públicas e educação. IN: JEZINE, Edineide ; ALMEIDA, Ma. De Lourdes (Orgs.) Educação e movimentos sociais: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

Bibliografia Complementar:

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, M. (Org.) Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito. São Paulo: Marco Zero, 1995.

KAUCHAKJE, Samira. Cidadania e participação social: inclusão social no campo dos direitos à igualdade e à diferença. In: SOUZA, M. A. ; COSTA, L. C. (Orgs.). Sociedade e cidadania: desafios para o século XXI. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). A gramática do tempo: para uma nova cultura política. Cortez: São Paulo, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SOUZA Maria Antônia. Movimentos Sociais na sociedade brasileira: lutas de trabalhadores e temáticas sócio-ambientais. In: SOUZA, M. A. ; COSTA, L. C. (Orgs.). Sociedade e cidadania: desafios para o século XXI. Ponta Grossa, Editora da UEPG, 2005.

► AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM (64H)

Problemas e perspectivas na avaliação do processo ensino-aprendizagem. Tipos de avaliação de aprendizagem. Instrumentos de avaliação de ensino.

Bibliografia Básica:

ESTEBAN, Maria Tereza (Org.) Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HOFFMANN, J. Avaliação: mito e desafio. 6. ed. Porto Alegre: Realidade, 1992.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTANANA, I. M. Por que Avaliar? Como Avaliar? São Paulo: Vozes, 1995.

SAUL, Ana Maria. Avaliação emancipadora. São Paulo: Cortez, 1988.

Bibliografia Complementar:

DEMO, P. Mitologias da Avaliação. São Paulo: Editora Autores Associados, 1999.

BOSSA, N. A (Org) Avaliação Psicopedagógica da Criança de Zero a seis anos. Petrópolis: Vozes, 1994.

LIMA, A de. Avaliação Escolar. Petrópolis: Vozes, 1994.

MC DONALD, B.C. O Papel da Avaliação Escolar: na Problemática da Evasão e Repetência. Fortaleza: Cadernos da Educação, Nº 8, 1992.

RAPHAEL, H.S. Avaliação Escolar. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

SOUSA, C. P. de (Org). Avaliação do Rendimento Escolar. São Paulo: Papirus, 1991.

► EDUCAÇÃO, TRABALHO E PROFISSIONALIZAÇÃO (64H)

Trabalho e escolarização como construções históricas. Trabalho escolar e trabalho docente. Escola como local de trabalho e o profissional do ensino como trabalhador. Trabalho docente na sociedade capitalista: contradições e formas de organização dos trabalhadores.

Bibliografia Básica:

GENTILI, Pablo. Adeus à Escola Pública. A desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiores. In: Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1995.

TARDIF, M. O trabalho docente: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes. 2005.

THERRIEN, J. Por uma racionalidade democrática no trabalho docente em espaços públicos. ANPED/CLACSO, Caxambu. (Mineo) 2004.

THERRIEN, J. e OUTROS. Pedagogia por competência e epistemologia da prática: implicações para a teoria e práxis nas instituições formadoras de professores para a educação básica. Projeto de pesquisa em desenvolvimento. CNPq. 2003.

Bibliografia Complementar:

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica social capitalista. São Paulo: Cortez, 1989.

SAVIANI, Dermeval. A Nova Lei da Educação. LDB: trajetória e perspectivas. São Paulo: Editora Autores Associados, 1998.

_____. Escola e Democracia: para além da teoria da curvatura da vara. Rio de Janeiro: Editora Autores Associados, 1998.

THERRIEN, J. O saber do trabalho docente e a formação do professor. In: A Shigunov Neto e Lizete S. B. Maciel (Org.). Reflexões sobre a formação de professores. Campinas: Papirus. 2002.

THERRIEN, J. A Pedagogia no atual contexto de formação para a docência: dilemas na identidade de uma profissão”. In: Claudemir de Quadros e Guacira de Azambuja (Orgs). Saberes e dizeres sobre formação de professores na Unifra. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2003. p.127-134.

► ESPAÇOS-TEMPOS E COMPOSIÇÃO HUMANA (64H)

As dimensões afetiva, corporal e associativa no desenvolvimento e na aprendizagem do Homem; A Relação do Homem com os Espaços-Tempos: contribuições da Arte, Ciência, Filosofia e Religião; Escola e Currículo: origens, possibilidades e limitações dos espaços e tempos educativos; Educação e Arquitetura: concepções pedagógicas e projetos

arquitetônicos, acessibilidade cultural e física, planejamento e avaliação de espaços educativos.

Bibliografia Básica:

BARGUIL, Paulo Meireles. O Homem e a conquista dos espaços – o que os alunos e os professores fazem, sentem e aprendem na escola. Fortaleza: Gráfica e Editora LCR, 2006. (155.91098131 B231h)

CAPRA, Fritjof. A Teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução Newton Roberval Eicheberg. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2001. (501 C248t)

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. Sentir, pensar, agir – corporeidade e educação. Campinas: Papirus, 1994. (370.1 G627s)

Bibliografia Complementar:

CANDAU, Vera Maria (Org.). Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. (372.41 L727)

DOLL Jr., William E. Currículo: uma perspectiva pós-moderna. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. (375.001 D691c)

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento das prisões. Tradução Raquel Ramalhete. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. (343.8 F762v)

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Tradução Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. (370.19 V785c)

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.). Currículo: políticas e práticas. Campinas: Papirus, 1999. (375 C986)

► EDUCAÇÃO POPULAR (64H)

Conceito, origem e desenvolvimento da Educação popular no Brasil e no Ceará. Educação popular na escola. Educação popular nas instituições educativas não-escolares: ONG, hospitais, presídios, centro comunitários. Educação popular nos movimentos comunitários e nos movimentos religiosos.

Bibliografia Básica:

BRANDÃO, Carlos. Educação Popular. São Paulo: Brasiliense 1985.

BRANDÃO, Carlos (Org.). A questão política da Educação Popular. São Paulo: Brasiliense, 1982.

JIMÉNEZ, Marco Raúl M. Educação Popular: pedagogia e dialética. Ijuí: Livraria UNIJUÍ, 1989.

Bibliografia Complementar:

MAURY, Liliâne. Freinet e a pedagogia. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. Gramsci e a Escola. São Paulo: Ática, 1992.

MORIYÓN, F.G. Educação libertária: Bakunin e outros. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

PAYER, Maria Onice. Educação Popular e Linguagem: reprodução, confrontos e deslocamentos de sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

SCOCUGLIA, A. & MELO NETO, J.F. Educação popular: outros caminhos. João Pessoa: UFPB, 1999.

TORRES, Rosa Maria. Discurso e prática em Educação Popular. Ijuí: Livraria UNIJUÍ, 1988.

► PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO III – DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM NA VIDA ADULTA (64H)

Evolução do desenvolvimento na segunda e na terceira fases do ciclo vital. O desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social do adulto jovem e do idoso. Análise da situação do idoso na sociedade brasileira contemporânea (O Estatuto do Idoso). Mutações recentes nas sociedades contemporâneas e seus efeitos nos processos e políticas de subjetivação do adulto jovem e do idoso. Aspectos psicológicos da condição de excluído do adulto analfabeto e os efeitos da exclusão digital.

Bibliografia Básica:

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. A construção da pessoa em Wallon e a constituição do sujeito em Lacan. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

CADERNOS CEDES. Pensamento e linguagem: estudos na perspectiva da psicologia soviética. Campinas (SP): Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) / Papyrus, n. 24, 2. ed. jul., 1991.

COLL, César; et. al. Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, v.1. psicologia evolutiva, 1995;

CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida. Psicologia aplicada à educação. São Paulo: E.P.U., 1986.

Bibliografia Complementar:

CUNHA, Marcus Vinicius da. Psicologia da Educação. 2. ed. Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DESSEN, Maria A e COSTA JÚNIOR, Ánderson Luís. (Orgs.). A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005.

____. POLONIA, Ana da C.; BRANCO, Ângela M. C. U. de A. O modelo bioecológico de Bronfenbrenner: contribuições para o desenvolvimento humano. In: DESSEN, Maria A.; JOBIM E SOUZA, Solange. Re-significando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância.

LASTÓRIA, Luiz A. C. N.; COSTA, Belarmino Cezar G. da; PUCCI, Bruno (orgs.). Teoria Crítica, ética e educação. Piracicaba/Campinas/SP: Editora UNIMEP / Editora Autores Associados, 2001.

► ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO II (64H)

Pedagogia Visual e mediação da Libras no ensino de português para surdos. Relação alfabetização e letramento. Gêneros textuais e aprendizagem do português pela criança surda.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, José Juvêncio. Alfabetização e Leitura. São Paulo: Editora Cortez, 1990.

FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre alfabetização. 4. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

FERNANDES, S. É possível ser surdo em Português? Língua de sinais e escrita: em busca de uma aproximação. In: SKLIAR, C. (org.) Atualidade da educação bilíngüe para surdos. Vol.II. Porto Alegre: Mediação, 1999. p.59-81.

KLEIMAN, Angela B. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 2000.

PEIXOTO, R. C. Algumas considerações sobre a interface entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a língua portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda. Cadernos Cedes. Campinas, vol. 26, n.69, p. 205- 229, maio/ago. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

Bibliografia Complementar:

KATO, Mary. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Editora Ática, 1989.

LUFT, Celso Pedro. Língua e Liberdade: por uma nova concepção da língua materna e seu ensino. Porto Alegre: L & PM, 1985.

NEVES, Maria Helena de M. Gramática na Escola. São Paulo: Contexto, 1990.

RATTO, Ivani. Ação política: fator de constituição do letramento do analfabeto adulto. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995. RIBEIRO, Vera Masagão. Ensinar ou aprender?: Emilia Ferreiro e a alfabetização. Campinas: Papirus, 1993.

CAMPELLO, A. R. e S. Pedagogia visual/sinal na Educação dos surdos. In QUADROS, R.M.; PERLIN, G. (Orgs). Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

► FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO II (64H)

Críticas à razão na Modernidade. Contribuições de filósofos modernos e contemporâneos para a educação. Filosofia para crianças e jovens.

Bibliografia Básica:

D'ÂNGELO, Marta. Pensadores contemporâneos. Aparecida/ SP: Ideias e Letras, 2011.

HABERMAS, Jürgen. O Discurso filosófico da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

OLIVEIRA, Manfredo de. Ética e racionalidade moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1993. Col. Filosofia.

SCRUTON, Roger. Uma breve história da Filosofia Moderna: de Descartes a Wittengenstein. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

TELES, Maria Luiza Silveira. Filosofia para jovens: uma iniciação à filosofia. 12.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

Bibliografia Complementar

LARA, Tiago Adão. Caminhos da razão no ocidente: a filosofia ocidental, do renascimento aos nossos dias. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARCONDES, Danilo. Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittengebstein. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MORANDI, Franc. Filosofia da Educação. Bauru, São Paulo: Edusc, 2002.

SANTOS, Mário Ferreira dos. Lógica e Dialética. São Paulo: Paulus, 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo, Sanchez. Filosofia e circunstância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ZILLES, Urbano. Teoria do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

► PRÁTICAS LÚDICAS (64h)

Ludicidade e educação. Cultura lúdica e infância. Brinquedo como objeto cultural. O brinquedo e o desenvolvimento da criança. Práticas lúdicas e diversidade cultural. Ludoteca e escola: especificidades.

Bibliografia Básica

- BROUGÈRE, G. Brinquedo e cultura. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. As culturas lúdicas tem sexo e ler o futuro nas cartas. In: Brinquedos e companhia. São Paulo: Cortez, 2004.
- KISHIMOTO, T. M. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2000.
- _____. (org.). Jogos tradicionais infantis. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CORDEIRO, C. Brinquedos da memória: a infância em Fortaleza no início do século XXI. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996.

Bibliografia Complementar

- CARVALHO, et al. Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- COSTA, M. de F. V. da C. Bonecas: objeto de conflito identitário na arena da dominação cultural. Fortaleza: Coleção Diálogos Intempestivos, Nº 17, Edições UFC, 2004.
- CARDOSO, S.R. Memórias e Brincadeiras in Memórias e Jogos Infantis. Londrina: EDUEL, 2004.
- COSTA, M. F. V. Brincadeiras e jogos: questões conceituais. Fortaleza: Revista Educação e Debate. Nº 38, Edições UFC, 1999.
- LIMA, ELVIRA C. de A. S. A importância da atividade artística na construção da representação simbólica na criança. COLEÇÃO IDÉIAS, Cotidiano da Pré-escola, Nº 07, S.P., FDE, 1992.
- PIAGET, J. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978.
- VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

► ESCOLA, CULTURA E SOCIEDADE: ABORDAGEM SOCIOCULTURAL E ANTROPOLÓGICA II (32H)

Contribuições da Sociologia e da Antropologia na discussão das temáticas que desafiam a escola hoje: violências, igualdade/diferença, princípio de comunidade, exclusão e discriminação. A escola e as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Bibliografia Básica:

- ARAÚJO, J.C. (Org.) Internet & ensino: novos gêneros, outros desafios. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.
- FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. 34. ed. Rio do Janeiro: Editora Record, 1998.
- GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1963.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do partido comunista. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Textos sobre educação e ensino. 2.ed., São Paulo, Moraes, 1992.
- PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RODRIGUES, Alberto T. Sociologia da educação. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SCHWARTZMAN, S. BROCK, C. (Org.). Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

Bibliografia Complementar:

- AZEVEDO, Janete Lins de. A educação como política pública. Campinas: Autores Associados, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. In: Sociologias, Porto Alegre, n. 8, p. 432-443, Dec. 2002.
- FERNANDES, Florestan. Odiai-vos uns aos outros. Publicado na Folha de São Paulo, terça-feira, 9 de fevereiro de 1988.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, out. 2005.
- MANACORDA, Mário Aliguiero. Marx e a pedagogia moderna. São Paulo, Cortez, 1991.
- MONASTA, Attilio. Antônio Gramsci. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2010.
- MORENO, Ricardo. Somos Diferentes – Somos Iguais: construção e desconstrução do conceito de raça. Dialética, v. 1, n. 1, p. 19-26, julho 2010.

4. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

4.1 Coordenação

O processo de coordenação do curso da Pedagogia EaD é composto por uma equipe gestora com atribuições específicas para o pleno funcionamento do curso. Esta equipe é composta por um coordenador geral do curso que atua no âmbito didático-pedagógico e administrativo do curso sendo responsável por toda a estruturação, em colaboração com a coordenação de tutoria e a coordenação tecnológica. A coordenação geral e a de tutoria está localizada na FAGED, no campus do BENFICA e a coordenação tecnológica no Instituto UFC Virtual no campus do PICI.

A **Coordenação Geral** deve participar e coordenar o planejamento, a organização, e a execução de todas as atividades e a avaliação do curso, em consonância com o Colegiado do Curso e o NDE, atuando nos momentos presenciais e a distância, em prol da qualidade e

bom andamento do curso em todos os seus aspectos, tendo como fim a formação adequada dos alunos para o exercício da docência. Dentre suas atividades deve estruturar o cronograma de seleção, e de capacitação de professores e tutores para atuar em EaD, assim como visitas aos polos nos municípios onde há oferta do curso de Pedagogia EaD. O Coordenador geral é um professor da Faculdade de Educação eleito dentre os membros do colegiado da Pedagogia EaD conforme o regimento geral da UFC.

A **Coordenação Tecnológica** responsabiliza-se pela implementação de meios tecnológicos que viabilizarão o processo de ensino-aprendizagem a distância, tendo as seguintes atribuições específicas:

- a. Avaliar as condições tecnológicas e os recursos de ensino-aprendizagem, assim como os polos presenciais;
- b. Desenvolver pesquisas e produção científica na área de EaD;
- c. Fornecer o suporte de tecnologia de informação para a concretização do ambiente virtual de aprendizagem;
- d. Logística e desenvolvimento continuado dos processos instrumentais das tecnologias da informação e da comunicação;
- e. Treinamento e formação continuada para professores e tutores nos ambientes virtuais.

A **Coordenação de tutoria** deverá auxiliar o coordenador em todas as ações do curso, substituindo-o quando necessário. Deverá ter uma atuação mais direta com os tutores em EaD, objetivando dar suporte técnico e pedagógico aos mesmos tanto no ambiente virtual como presencial.

4.2 Colegiado

Os artigos 41 e 42 dos Estatutos da UFC definem a atuação dos colegiados dos cursos de graduação que se dará no plano deliberativo e consultivo sendo que a sua composição é definida por eleição de docentes representantes das unidades curriculares nucleares nos seus respectivos departamentos, tendo um professor titular e outro suplente e a representação estudantil composta de 1/5 do total de professores da unidade acadêmica.

O colegiado do curso de Pedagogia EaD tem a missão de participar ativamente, junto com o coordenador do curso, coordenador de tutoria e coordenação tecnológica de ações que proporcionem melhorias na qualidade do curso visando a formação de profissionais capacitados e coerentes com as expectativas que a sociedade espera de um docente da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

4.3 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante é uma instância consultiva do curso sobre assuntos pedagógicos e um apoio à Coordenação sobre os assuntos referentes ao PPC. O NDE foi instituído, atendendo a Resolução nº 01, de 17 de julho de 2010 da CONAES e Resolução Nº10 da CEPE/UFC de 01 de Novembro de 2012, designando os professores, membros do Colegiado, a constituírem a representação do Núcleo Docente Estruturante/NDE do Curso de Pedagogia EaD, com mandato igual ao tempo de mandato no colegiado do curso. Portanto, os professores do colegiado do curso formam a representação do NDE composto de dois professores indicados por cada departamento da FACED, sendo um titular e outro suplente, mais o(a) coordenador (a) de tutoria.

De acordo a Resolução Nº10 da CEPE de 01 de Novembro de 2012 o NDE tem como atribuição:

- I – avaliar, periodicamente, pelo menos a cada três anos no período do ciclo avaliativo dos SINAES e, sempre que necessário, elaborar propostas de atualização para o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e encaminhá-las para apreciação e aprovação do colegiado do curso
- II – fazer o acompanhamento curricular do curso, tendo em vista o cumprimento da missão e dos objetivos definidos em seu Projeto Pedagógico;
- III – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- IV – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- V – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VI – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.
- VII – sugerir e fomentar ações voltadas para a formação e o desenvolvimento dos docentes vinculados ao curso.

Nesse sentido, a concepção do Curso tem, entre suas bases, as necessidades do mundo atual que já demandam a formação de profissionais em Pedagogia com perfil científico abrangente, apto a refletir o fenômeno educacional, para desenvolver, como uso das novas tecnologias, a identificação e intervenção no campo educacional, de ações pedagógicas necessárias ao enfrentamento de problemas concernentes à aprendizagem de conhecimentos em ambiente escolar e não escolar.

4.4 Apoio ao discente

As ações de apoio ao discente acontecem em vários ambientes que a educação à distância pode proporcionar. No âmbito da aprendizagem o ambiente virtual que os alunos utilizam é o SOLAR, desenvolvido pelo Instituto UFC Virtual e nele os fóruns, chats, webaulas, ambientes de postagem de textos, bibliografia, livros virtuais estão disponíveis assíncronos

para que os alunos podem acessar, estudar, comentar de forma interativas com os professores, tutores e outros alunos da turma. Ainda no campo da aprendizagem os polos permitem os encontros presenciais dos tutores com os alunos em determinados dias da semana com o objetivo de complementar os conteúdos do ambiente virtual, tirar dúvidas dos alunos, neste caso o procedimento de tutoria será orientado para garantir o tempo e o espaço para o aluno interagir e trabalhar as dificuldades apresentadas por cada aluno ou pela comunidade de aprendizagem. A ação educativa do tutor será diretamente articulada à compreensão do significado que se dará à Educação a Distância. A tutoria terá como papel fundamental tornar possível e garantir a inter-relação personalizada e contínua do aluno com o sistema e a articulação do mesmo no processo de aprendizagem.

A Pedagogia EaD está implementando programas de extensão que possam atingir os alunos nos diversos polos por meio de atividades de palestras com temas direcionados, da formação de grupos de estudos em cada polo, sob a liderança do tutor presencial para aprofundamento dos conteúdos disponibilizados nos ambiente virtuais ou de demandas dos próprios alunos nos diversos polos e regiões do Estado.

4.5 Acompanhamento e avaliação do PPC

O acompanhamento permanente de avaliação do referido projeto será de responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante - NDE, composta por docentes da Faculdade de Educação/FACED. A avaliação será orientada pelo amparo expresso nos documentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior/SINAES, mais especificamente, por aqueles provenientes do Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, no que diz respeito à avaliação de cursos de Licenciaturas das IES e IFES brasileiras.

Deve-se entender a avaliação permanente e periódica do PPC da Pedagogia Ead como reflexão dos indicadores e de seus valores, em patamares qualitativos, visando à melhoria da qualidade do ensino, na medida em que, a partir deles, sejam traçadas estratégias didático-pedagógicas capazes de garantir a qualidade na formação. De tal maneira, cabe ao NDE avaliar periodicamente o PPC de Pedagogia seguindo as orientações trazidas pela Resolução nº. 1/96 em sintonia com a dinâmica de uma sociedade plural e democrática.

Portanto, o acompanhamento das demandas dos alunos no processo de ensino-aprendizagem que se materializam no ambiente virtual é uma das formas que permitem ao NDE e à Coordenação do Curso avaliar o PPC assim como a avaliação semestral que o Instituto UFC Virtual realiza com os alunos que envolvem o ambiente virtual – SOLAR, as condições dos polos, os materiais disponibilizados, as demandas de disciplinas e a avaliação dos professores.

Desta forma, como as entradas de alunos dependem de edital do MEC/UAB, temos feito uma revisão no PPC da Pedagogia EaD antes da entrada de novas turmas, a partir dos indicadores acima citados.

5. INFRAESTRUTURA DO CURSO

Em sua infraestrutura específica na sede, o curso de Pedagogia EaD ligado à FAGED – Faculdade de Educação da UFC, conta com 20 (vinte) salas de aula, dois auditórios, um com capacidade para 70 lugares e outro com 150 lugares, além de três laboratórios de informática disponíveis para os alunos. Nos polos, obrigatoriamente estão instalados, no mínimo, um laboratório de informática para utilização dos alunos nos municípios-polos.

O LACOM disponibiliza 20 computadores para alunos dos cursos de graduação com acesso à internet e ao Portal de Periódicos. O Laboratório de Informática da Pós-Graduação conta com 10 (dez) computadores também ligados em rede e à Internet, e ao Portal de periódicos da CAPES. Este ambiente tem possibilitado a realização de trabalhos pelos alunos, representando um suporte indispensável à produção científica do corpo discente; em especial, para os que não dispõem de outra alternativa de acesso a recursos da Informática. A sala de multimídia (SAMIA) dispõe de 16 computadores, todos interligados em rede, com Internet, memórias de 32MB a 248 MB, capacidade dos HDS de 20 e 30 GB. A sala dispõe também de um televisor/telão de 50 polegadas e TV Coder.

O Laboratório de Pesquisa MULTIMEIOS, montado em 1997 com recursos do PROIN/CAPES e do CNPq, que funciona atualmente com acomodações próprias, construídas com recursos da UFC, tendo por objetivo o desenvolvimento de pesquisas em metodologias para o Ensino de Matemática e de Ciências, bem como a utilização das tecnologias digitais na educação, em especial a EaD. Dispõe de 18 computadores, ligados em rede e à Internet, além de um ambiente específico de ilha de edição não-linear, que possibilita a preparação de vídeos educativos de boa qualidade técnica.

Criado em 2009 o LEDUM – Laboratório de Educação Matemática que, segundo seu idealizador, na perspectiva do ensino da matemática, os jogos ajudam a desenvolver o raciocínio lógico-matemático e a concentração dos alunos. Por sua vez, o material didático concreto os auxilia a compreender as operações fundamentais e os objetos, facilitando a transição para a abstração. Aprender a construir e a utilizar tais recursos são de grande valia para o educador matemático. Os objetivos do laboratório são o de propiciar uma formação continuada para os professores de Matemática, possibilitar que os professores de Matemática reflitam sobre a epistemologia que fundamenta a sua prática assim como identificar os conteúdos que os alunos enfrentam mais dificuldades de aprendizagem.

BRINQUEDOTECA - A Brinquedoteca da FAGED/UFC tem como objetivo geral proporcionar aos alunos e professores dos cursos da referida faculdade o desenvolvimento de estudos e projetos no âmbito da prática pedagógica, construção, elaboração e reflexão temática, referentes aos conteúdos curriculares de formação docente, ludicidade, desenvolvimento infantil e cultura lúdica. Nessa perspectiva, pretende ser um equipamento cultural que atenderá a pessoas de todas as idades, de todas as culturas, possibilitando trocas intergeracionais e interculturais em torno da ludicidade, dos jogos e brinquedos. Deve ser um local de fácil acesso, com a função de pesquisar a cultura lúdica.

BIBLIOTECA- A Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC tem cerca de 80.000 títulos e 814 títulos de periódicos. É importante ressaltar que os alunos do curso tem acesso ao Portal Bibliográfico da Capes www.periodicos.capes.gov.br, que disponibilizou o acesso on-line aos principais periódicos da área. Além disso, em cada polo há uma biblioteca básica que

deverá ter em seu acervo os principais títulos das disciplinas que compõem a matriz curricular do curso.

Quanto a estrutura administrativa, o curso de Pedagogia EaD conta com uma sala de coordenação e uma secretaria comum aos cursos da Faculdade de Educação, além de uma secretária executiva contratada para desenvolver as atividades acadêmicas e demandas administrativas provenientes dos polos, dos professores e tutores do curso.

Os professores das disciplinas são os Professores formadores podem ser – simultaneamente, professores pesquisadores/conteudistas, responsáveis pela elaboração do material didático e pela definição das diretrizes conteudistas e pedagógicas das disciplinas, e professores coordenadores de disciplina, que acompanham diretamente a execução da disciplina, responsabilizando-se pela orientação da equipe de tutores. A equipe será composta, preferencialmente, por professores da Faculdade de Educação da UFC ou de outros cursos da UFC. Em casos excepcionais, a Coordenação do Curso poderá contratar professores não vinculados à UFC, aptos a elaborar material didático e a acompanhar disciplinas.

6. REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo J. Avaliação educacional: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.
- BARBOSA, Maria Carmem Silveira. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BARRETO, Elba Siqueira de Sá (Org.). Os Currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras. 2. ed. Campinas: Editores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000.
- BRANDAO, C. R. Estrutura e Funcionamento do Ensino. São Paulo: AVERCAMP, 2004.
- BRANDAO, C. R. LDB: Passo a Passo. São Paulo: AVERCAMP, 2005.
- BRZEZINSKI, I (org.) LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 2003.
- CANDAU, Vera Maria. Reformas educacionais hoje na América Latina. In: MOREIRA, A. F. B. Currículo: políticas e práticas. Campinas: Papirus: 2000
- CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber, in Revista Brasileira de Educação, v.11 n.31 Rio de Janeiro jan./abr. 2006.
- CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo-SP, Cortez, 2001.
- FREITAS, Marcos Cezar; BICCAS, Maurilane de Souza. História social da educação no Brasil. (1926-1996). São Paulo: Cortez, 2009

GARMS, G.M.Z. e RODRIGUES, S.A. (Org.) Temas e dilemas pedagógicos da Educação Infantil: desafios e caminhos. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012

KENSKI, Vani M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. Campinas/SP: Papirus, 2003

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, TOSHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LITWIN, Edith. Educação a distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. Currículos e programas no Brasil. 10. ed. Campinas: Papirus, 2003

NISKIER, Arnaldo. Educação à distância. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de & Adrião, Theresa. “O ensino fundamental” In Oliveira, R. P. de & Adrião, T. (orgs.) Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; MOURA, Arlete Pereira. Políticas educacionais e (re)significação do currículo. Campinas: Alínea, 2006.

SAVIANI, Dermeval. História das Ideias pedagógicas no Brasil. 2ª Ed. São Pulo: autores associados, 2008.

_____. Nova Lei da Educação: Trajetória, Limites e Perspectivas. Campinas, Autores Associados, 1997.

SILVA, E. B. da (org.) A Educação Básica Pós-LDB. São Paulo: Pioneira, 1998. SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2004.

_____; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves (Orgs.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90). Brasília, 2008.

_____. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96). Brasília, 1996.

_____. MEC. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Brasília, 2013.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Conselho Nacional de Educação, Resolução nº. 5/2009 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil). Brasília: MEC/CNE, 2009.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília, MEC/SEF/COEDI 1995.

_____. Resolução CNE/PC nº 1/2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

_____. Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Provimento nº. 02/CONSUNI, de 16 de outubro de 1991 que cria o Anexo 63.A do Regimento Geral da UFC, relativo ao Curso de Pedagogia.

Aqui deve constar a lista das referências que foram citadas e que fundamentaram a elaboração do PPC.

7. ANEXOS

Resolução Nº01/CEPE, de 04 de março de 2005. -Programa de Iniciação a Docência.
Resolução Nº07/CEPE, de 17 de junho de 2005. -Atividades Complementares.
Resolução Nº14/CEPE, de 03 de dezembro de 2007. -Tempo Máximo para Conclusão dos Cursos de Graduação da UFC.
Resolução Nº12/CEPE, de 19 de junho de 2008. -Reprovação por Frequência.
Resolução Nº32/CEPE, de 30 de outubro de 2009. -Estágio Curricular Supervisionado.
Resolução Nº10/CEPE, de 01 de novembro de 2012. -Núcleo Docente Estruturante.
Regulamento Interno para o Processo de Elaboração e Apresentação de TCC
Portaria Nº00091 de 30 de setembro de 2016. -Núcleo Docente Estruturante do Curso de Pedagogia EaD.
Portaria Nº00092 de 30 de setembro de 2016. -Colegiado do Curso de Pedagogia EaD.
Ata nº20 de 02 de outubro de 2018.
Ofício Nº53, do Processo nº23067.019867/2017-16, de 25 de outubro de 2018.